

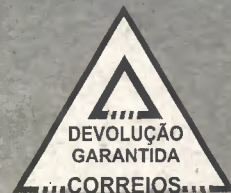
ADVERSO

Nº 178 - Junho de 2010

Impresso
Especial

0334/2001-DR/RS
ADUFRGS

...CORREIOS...



ISSN 1980315-X



9 771980 315002

00178



Decisão do governo abala docentes em todo o País

Proposta do Congresso Nacional envolve ideias nunca negociadas ou esclarecidas e ignora a discussão sobre a reestruturação das carreiras dos professores do Ensino Superior e dos interesses do Ensino Básico Técnico e Tecnológico

Páginas 16 a 19

CARTA ABERTA

aos parlamentares do Congresso Nacional e à Sociedade Brasileira:

O Proifes Fórum, representativo de docentes do ensino superior público federal e de várias entidades, assinou, em dezembro de 2007 e março de 2008, Termos de Acordo relativos aos professores de Ensino Superior (ES) e Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), firmados também pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), pelo Ministério da Educação (MEC) e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Tais documentos previam a criação de Grupos de Trabalho para debater a reestruturação das Carreiras de ES e EBTT, cuja implementação deveria entrar em vigor durante a vigência desses acordos, cuja última fase se concretiza em julho de 2010.

O MPOG instalou Mesa de Negociação para tratar da reestruturação da Carreira do ES em agosto de 2009 e, até o momento, não instalou ainda a correspondente Mesa para a Carreira do EBTT, apesar de ter publicado no Diário Oficial da União a constituição de um GT para tal, no dia 1º de dezembro de 2008.

O Proifes apresentou, na primeira reunião da Mesa, sua proposta de reestruturação, que previa:

1. Criação de mais uma classe na Carreira, abaixo das atualmente existentes,
2. Enquadramento dos docentes à mesma distância do topo da Carreira em que hoje estão,
3. Equiparação do teto e do piso dos salários com o dos servidores da Carreira de Ciência e Tecnologia – aproximadamente 15 mil e 5 mil reais,
4. Eliminação das atuais gratificações, com sua incorporação ao vencimento básico.

O Governo respondeu, em outubro de 2009, com uma 'Síntese de Minuta' de PL, criando uma classe acima das demais, e enquadrando todos os docentes onde estão, com prejuízo de boa parte da categoria, contrariamente ao pleiteado no item 2. Houve concordância verbal em relação à elevação do teto para aproximadamente 15 mil reais e o piso foi mantido como está. O governo não eliminou as gratificações, como reivindicado, e não se manifestou sobre a proposta do Proifes.

No mês seguinte, novamente reapresentou a sua 'Síntese de Minuta', voltando a não se posicionar sobre a proposta feita por esta entidade. Entre novembro de 2009 e maio de 2010 o Proifes enviou quatro ofícios ao MPOG, solicitando a retomada das negociações. Apenas no dia 22 de junho de 2010 houve nova reunião da Mesa de Negociação de Carreira do ES, convocada pelo MPOG.

Na ocasião, o governo informou que não haveria negociação e que um PL seria encaminhado ao Congresso Nacional, podendo as entidades apresentarem seus posicionamentos a respeito, para eventual consideração.

As principais diretrizes do PL, conforme enunciadas nessa reunião e indicadas a seguir, em pouco diferem da 'Síntese de Minuta' já encaminhada anteriormente, à exceção dos dois últimos pontos:

- Regulamentação da Dedicção Exclusiva (DE),
- Ingresso na primeira classe/nível da Carreira, de acordo com o que prevê a CF,
- Criação de uma gratificação de encargos de preceptoria,
- Retribuição por projetos institucionais de pesquisa e extensão,
- Criação de uma classe acima das demais,
- Elevação do teto remuneratório da Carreira para aproximadamente 15 mil reais,
- Redução do interstício para progressão de 24 meses para 18 meses,

- Instituição de 'Adicional de Coordenação de Curso',
- Possibilidade de aceleração de progressão para docentes com maior carga didática,
- Enquadramento dos docentes da ativa que progrediram para a classe de Associado levando-se em conta o tempo em que ficaram represados na classe de Adjunto, nível 4.

Observe-se que, em relação ao item acima, não existe nenhuma proposta concreta do governo quanto à forma pela qual serão enquadrados esses docentes. Além disso, descumprindo o Termo de Acordo assinado com relação ao EBTT em 20 de março de 2008, o governo informou que a carreira desses professores não seria tratada, ficando relegado o respectivo debate a um eventual diálogo quando das conversações que deveriam ocorrer na 'equipe de transição', no final do ano.

Nessas circunstâncias, vimos informar aos parlamentares do Congresso Nacional e à Sociedade Brasileira o seguinte:

1. A proposta de PL do governo desconsidera gravemente a trajetória da maioria dos professores ativos e dos aposentados, desqualificando a atividade docente e os anos de serviço prestados às Ifes, ao valorizar apenas a titulação, igualando profissionais com anos de histórico em ensino, pesquisa e extensão com aqueles que recém entraram para os quadros da universidade. Dessa forma, a proposta do governo, ao criar mais uma classe da maneira como está propondo, relega aqueles colegas a um novo rebaixamento na Carreira, sem que lhes seja oferecida qualquer possibilidade de enquadramento que leve em conta as contribuições que, durante décadas, aportaram à produção de conhecimento, à formação qualificada de profissionais e à extensão universitária. Ressalte-se que esses docentes, que construíram a universidade do presente, tiveram que conviver por duas décadas com uma carreira anacrônica e impeditiva de sua progressão,

2. Não foi acolhido o pleito de elevação do piso remuneratório da Carreira. Ao contrário, os novos doutores contratados, ao entrarem como Auxiliar 1 (ou denominação equivalente), receberão salários inferiores aos que atualmente ingressam, já como Adjunto 1,

3. Não foi debatido o pleito de eliminação das gratificações, cuja existência causa grande instabilidade potencial à Carreira dos professores,

4. É inaceitável que o Governo se recuse a debater a reestruturação da Carreira do EBTT, por duas razões centrais:

4.1 Caracteriza o descumprimento do Termo de Acordo assinado em 20 de março de 2008 pelo Proifes, que previa a constituição de um Grupo de Trabalho com essa finalidade,

4.2 Ignora o conjunto das negociações ocorridas em 2007 / 2008, quando foi pactuada, como resultado de um longo processo de debate, a equiparação remuneratória e de estrutura entre as Carreiras do ES e do EBTT, que fica agora seriamente ameaçada.

5. É lamentável que o processo de diálogo e de construção conjunta que culminaram nos Termos de Acordo de 2007 / 2008 tenha sido interrompido e maculado pela postura assumida pelo governo nos últimos meses, ao impor de forma autoritária e unilateral suas posições, recusando-se terminantemente ao debate.

Assim sendo, vimos aqui afirmar que os atuais descaminhos no processo de negociação são o resultado da total falta de sensibilidade demonstrada neste último ano pelo governo e, ao mesmo tempo, solicitar o apoio da sociedade e, sobretudo, dos parlamentares do Congresso Nacional, para que, quando da tramitação do PL a ser encaminhado a essa Casa, possam contribuir para o acolhimento das nossas reivindicações.

Assinam este documento as seguintes entidades sindicais: Proifes, ADUFSCar-Sindicato, Adufgrs-Sindical, ADUFG, ADUFMS, ADURN, ADUFC, Apub, SindiEduTec e SESDUFRR



Sindicato dos Professores das Instituições
Federais de Ensino Superior de Porto Alegre

Rua Otávio Corrêa, 45 Porto Alegre/RS
CEP 90050-120 Fone/Fax: (51) 3228.1188
secretaria@adufgrs.org.br
www.adufgrs.org.br

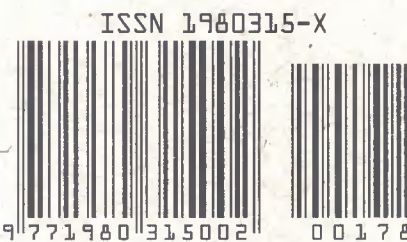
Presidente - Claudio Scherer
1º Vice-Presidente - José Carlos Freitas Lemos
2º Vice-Presidente - Maria Luiza Ambros von Hollenben
1ª Secretária - Daniela Marzola Fialho
2ª Secretária - Elizabeth de Carvalho Castro
3ª Secretária - Maria Cristina da Silva Martins
1º Tesoureiro - Paulo Artur Kozen Xavier de Mello e Silva
2º Tesoureira - Maria da Graça Saraiva Marques
3ª Tesoureira - Ana Paula Ravazzolo

ADVERSO

Publicação mensal impressa em
papel Reciclado 90 grâmas

Tiragem: 5.000 exemplares
Impressão: Comunicação Impressa

Produção e Edição:



Editora: Adriana Lampert
Reportagens: Cláudia Rodrigues, Luana Dalzotto,
Marco Aurélio Weissheimer e Michelle Rolante
Projeto Gráfico: Eduardo Furasté
Diagramação: Eduardo Furasté e Facundo de Arriba (estagiário)
Arte Final: Julio CC Lima Jr

Editorial

Carreira e política: vitórias e derrotas do movimento docente

Julho de 2010... Chegamos ao final do segundo Governo Lula, e na terceira e última parcela do reajuste salarial acordado entre Ministério do Planejamento e Gestão e Proifex, em final de 2007 e início de 2008, para os professores. Sem dúvida, a reestruturação da carreira do Ensino Básico Técnico e Tecnológico (EBTT) e o Termo de Acordo então assinado foram vitórias para os professores que apostaram no diálogo, na negociação e na proposição de alternativas. Mas estas são conquistas parciais, pois embora estejamos convictos que as três etapas relativas à questão salarial sejam atendidas, nada avançou em outros pontos acordados, como a negociação da Carreira do Ensino Superior (ES) e nos ajustes que se mostraram necessários na carreira recém-estruturada do EBTT.

A situação da relação do Governo Lula com os professores das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) e do Ensino Básico Técnico e Tecnológico exige um olhar mais aguçado. Uma avaliação sobre o que ocorreu e o que continua a acontecer.

É inegável que nos dois mandatos do quinto presidente da Era Pós-Ditadura foi possível deixar para trás uma política sindical radical e de enfrentamentos, necessária em uma época de confrontos com o regime totalitário e militar. O fato de não existirem mais baionetas, capacetes ou coturnos restringindo a ação política dos docentes faz com que os professores das Universidades Públicas Federais não mais priorizem a realização de greves, a participação em assembleias populosas ou passeatas com palavras de ordem. Recursos antes utilizados como instrumentos imediatos de reivindicações mostraram-se desatualizados.

Muita coisa foi modificada, e o método de fazer política também mudou. É indiscutível que o Governo Lula iniciou um novo ciclo de possibilidades nas relações entre governo e os professores, através de negociações salariais e carreira, deflagradas, não como resultado final de longas greves, mas pelo diálogo e pela política. Todavia, isto não significa, nem nunca significou, que não tenhamos que permanecer atentos a todas as ações e movimentos deste, ou dos próximos governos e reagir em defesa dos princípios de respeito e dignidade aos professores das Ifes, como ocorreu no último dia 22 de junho.

Nesta data, nos últimos momentos possíveis para o cumprimento do Termo de Acordo e sem ter havido quaisquer propostas, avaliações e diálogo por parte do governo, recebemos o surpreendente anúncio da equipe ministerial de que não haveria negociações para a reestruturação da carreira do ES, nem para os ajustes na carreira do EBTT. O Projeto de Lei, construído isoladamente pelo governo, já estaria pronto e seria imediatamente enviado ao Congresso Nacional.

Durante dois anos fizemos propostas, estudos, ouvimos as realidades e necessidades regionais de professores deste país e tentamos diálogo. Consideramos inaceitável o fechamento do segundo Governo Lula, em completa descontinuidade com todos os avanços anteriormente alcançados. É grave e unilateral a desconsideração com os professores que defendem a democracia e um novo modo de fazer política. É inadmissível que toda a informação sobre a reestruturação de carreira do Ensino Superior nos seja fornecida através de um texto sintético, esquemático, e sem quaisquer detalhes - sendo rejeitável estabelecer e assinar acordos que não serão plenamente respeitados.

Para finalizar esta avaliação, lembremos quando, em 1987, foi elaborado o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE) com a participação ativa e contínua de um grupo de professores que, permanecendo em Brasília durante os meses que executavam esta missão, de lá transmitiam informações e ouviam suas bases a respeito do que estava sendo e o que deveria e poderia ser proposto. Quanta diferença!

Parece estarmos presenciando um momento de dificuldade na adoção de condutas no final deste governo. Não se trata de simples questão corporativa, mas de digna problematização do trabalho na Universidade Brasileira, instituição central e estratégica para a autonomia e soberania nacionais. É por isso que o Movimento Docente está e permanecerá vigilante, e agirá com a firmeza necessária diante dos acontecimentos.

Diretoria da Adufrgs-Sindical

ÍNDICE

04

EDUCAÇÃO

ESPECIAL

Documento Verde debate
PDI da Ufrgs

06

7

CONVÊNIOS

ARTIGO

Oportunidade para aposentados
por Joacy Faria - professor aposentado
do Instituto de Matemática da Ufrgs

09

10

PING-PONG

Helder Machado Passos

"O povo está presente na Conae"
por Marco Aurélio Weissheimer

VIDA NO CAMPUS

Incubadoras unem pesquisa
acadêmica e técnica profissional
Por Luana Dalzotto

13

16

SINDICAL

Governo ignora reestruturação das
carreiras dos professores federais
por Diretoria da Adufrgs-Sindical

NOTÍCIAS

20

21

OBSERVATÓRIO

NAVEGUE

22

23

ORELHA

EM FOCO

Fabico é pioneira na Coleta
Seletiva da Ufrgs
Por Luana Dalzotto

24

26

+ 1

SANTIAGO

27

Alunos escolhem 20% da carga horária no Aplicação

Novo programa do colégio da Ufrgs incentiva a diversificação do currículo e tem reconhecimento do Ministério da Educação

Por Cláudia Rodrigues

O Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) inaugurou neste ano o Ensino Médio Inovador, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC). O novo programa funciona por semestres e incentiva a diversificação do currículo com a inclusão de atividades integradoras, que buscam o desenvolvimento pessoal e profissional dos alunos, que podem escolher 20% de sua carga horária – além das disciplinas obrigatórias (Ciências Exatas e da Natureza, Comunicação, Humanizadas, e Expressão e Movimento).

Estudante do semestre A do 1º ano do ensino médio, Cristiano Pires Sommariva, 15 anos, optou pela disciplina eletiva Espaço Urbano, História e Territorialidades no período inicial, mas poderia ter escolhido Cinema e Texto, Autoconhecimento e Relações Interpessoais, Microorganismos, e História da Arte. Segundo ele, o sistema atual é melhor porque “assim não dá para deixar tudo para o último bimestre, tem que estudar mesmo”. A mãe concorda com o filho, que já foi aprovado para o semestre B. Eliane Pires Sommariva sente orgulho da turma de Cristiano – a 91, uma das pioneiras do Ensino Médio Inovador. A turma 92 também finalizou o semestre A; já os alunos da 93, terminaram o B e agora começam o A.

Os conteúdos dos semestres são de dificuldade equivalente, explica Ítalo Modesto Dutra, coordenador de equipe e professor de matemática do Aplicação. Em 2011, as três classes serão as primeiras a cursar o segundo ano do ensino médio dentro do esquema semestral, “mais parecido com uma universidade”, compara Eliane. O filho, no entanto, ainda não decidiu em que faculdade pretende ingressar. Por enquanto, ele está usufruindo as possibilidades oferecidas pela escola, como o estímulo à iniciação científica, onde os estudantes se matriculam em uma das

dez opções de disciplinas, a cada módulo de seis meses. A oferta é resultado do trabalho dos professores, que se encontram semanalmente para criar temas de cunho científico de interesse dos adolescentes.

“Como o Colégio segue as normas do Conselho Federal de Educação, acabamos tendo uma maior chance de fazer projetos e planejar ações inovadoras que atraiam e tenham relação com a vida atual dos alunos”, define Edson Luiz Lindner, diretor do Aplicação. Para tanto, cada disciplina eletiva e de iniciação científica tem o seu tutor, responsável por um grupo de, no máximo, 15 integrantes. O professor acompanha o processo de aprendizagem para compreender o modo como os jovens se inserem nas diferentes propostas, tendo em vista as relações interpessoais e a construção do conhecimento. É sua função, subsidiado pelos registros e observações de toda a equipe de docentes, redigir e apresentar ao Conselho de Professores o parecer descritivo de seus tutorados. O conceito (A, B, C ou D) é debatido e revisado antes de ser entregue para aos pais, ao final de cada bimestre.

Menor índice de reprovação

O Ensino Médio Inovador tem entre seus objetivos reduzir o número de repetentes, uma preocupação do Colégio de Aplicação e do Ministério da Educação. “Como estamos mais próximos das turmas e em um período mais curto, podemos verificar com mais qualidade o desenvolvimento ou a dificuldade dos estudantes”, avalia Dutra. No caso de um aluno ser reprovado em alguma disciplina, ele obrigatoriamente deve refazer o semestre. “Assim, ele não perde o ano inteiro”, pondera o professor. ▴

Ensino Médio Inovador

Disciplinas obrigatórias

- **Ciências Exatas e da Natureza:** Matemática, Física, Química e Biologia
- **Comunicação:** Língua Portuguesa, Literatura, Línguas Estrangeiras (o aluno opta entre francês, alemão, espanhol ou inglês)
- **Humanidades:** História, Geografia, Filosofia e Sociologia
- **Expressão e Movimento:** Educação Física e Música, Artes Visuais ou Teatro (a escolher)

Atividades Compartilhadas

Os alunos escolhem entre as diferentes disciplinas disponíveis
Média de 15 estudantes em cada sala de aula

Disciplinas Eletivas

- **Iniciação Científica e Leitura e Escrita**
A carga horária, de dois períodos semanais, é alternada entre as duas opções

* Essas ações envolvem a investigação científica e a realização de leitura e escrita nas mais diferentes áreas do conhecimento. É designado, a cada semestre, um grupo de professores orientadores que planeja e executa atividades para provocar a curiosidade dos alunos, conforme sugestão dos estudantes. Durante cada semestre letivo os alunos produzem trabalhos escritos e, ao final, fazem uma apresentação oral para uma banca.

Pós-Graduação da Famed é referência no Brasil

A Pós-Graduação Educação em Saúde da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Famed/Ufrgs), fruto da dedicação do professor Waldomiro Carlos Manfroi - que, desde a década de 70, luta pela qualificação do ensino da medicina - hoje é referência nacional. O curso, sonhado por ele há mais de 30 anos, só foi implementado na Ufrgs em 2004 e recentemente ganhou apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Ministério da Educação (MEC), para ser adotado em todas as faculdades de medicina do Brasil.

Médico cardiologista, pesquisador e escritor, Manfroi conta que, apesar do projeto da Pós-Graduação ser antigo, só foi possível colocá-lo em prática após 2001, por meio das Diretrizes Curriculares para o Ensino Médico Brasileiro. “Na época, eu vibrei com a iniciativa do Conselho Nacional de Educação, do Ministério da Educação e da Organização Pan Americana de Saúde, porque foi isso que possibilitou a tão sonhada reformulação do currículo”, lembra o professor.

Decidido a contribuir com as mudanças propostas para o ensino médico, Manfroi procurou a professora Carmen Lúcia Machado, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Faced), que o ajudou a elaborar o projeto da Pós-Graduação Educação em Saúde. “A parceria deu certo, pois, de todas as instituições inscritas no Programa de Incentivo às Mudanças Curriculares das Escolas Médicas (Promed), a Famed foi a única a conquistar recursos”, comemora Manfroi.

O diferencial do curso de Pós-Graduação desenvolvido pelo professor da Famed e que será oferecido pelas faculdades de medicina brasileira, é justamente a inclusão de uma linha de pesquisa em educação e saúde em cada um dos programas existentes. O currículo abrange disciplinas relacionadas à pedagogia, didática, ética, epidemiologia e bioestatísticas. “Essa reforma faz exatamente o que fizemos na Ufrgs em 1985: leva os alunos às unidades básicas de saúde, junto com profissionais e professores, a fim de exercer um ensino diferenciado”, afirma o professor, destacando que a formação do médico está se tornando cada vez mais exigente e complexa.

Onde tudo começou

Apesar das diretrizes curriculares para o Ensino Médico brasileiro terem sido lançadas no início dos anos 2000, a ideia de qualificar o ensino da área de saúde é um objetivo de Manfroi, desde quando dirigia a Famed. Ainda na década de 70, houve a tentativa de estabelecer a Reforma Universitária com base nas propostas feitas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), durante a 1ª



A primeira tentativa de reformular a grade curricular do curso de Medicina ocorreu em 1985, quando Waldomiro Carlos Manfroi estava à frente da direção da Famed. O objetivo era unir o aprendizado da sala de aula com a prática vivenciada nas unidades básicas de saúde, junto com outros profissionais da área. Para Manfroi, essa vivência formaria profissionais mais completos e aptos a qualquer tipo de atendimento. Mas, com a saída do médico cardiologista da direção da Faculdade, em 1988, o método não resistiu à filosofia da nova direção.

Conferência de Alma-Ata.

Convidado a palestrar na ocasião, entre outras sugestões, Manfroi apresentou propostas como a promoção e a prevenção da saúde, que abrangia o bem-estar social e psicológico, e a formação de um médico geral, que se preocupasse com a pessoa de forma integral e estivesse habilitado a qualquer tipo de atendimento. Além disso, acrescenta Manfroi, “a Reforma previa o ensino do trabalho médico na realidade social de Porto Alegre. Isto é, os alunos não trabalhariam apenas dentro de hospitais, mas também em postos de saúde”.

Como resultado, o projeto de modificações no currículo da Famed serviu de modelo para o estado de Indiana, nos Estados Unidos, que, para surpresa de Manfroi, implantou a Unidade Domiciliar de Doentes Crônicos. “Aqui não conseguimos propagar a ideia”, lamenta o professor, que desde 2008 integra a comissão especial de avaliação de escolas médicas do Ministério da Educação, que fiscaliza a prática das diretrizes.

Atualmente, o mestrado Educação em Saúde oferece cerca de duas mil vagas em todo o território nacional. Para Manfroi, o fato da Capes reconhecer a especialização como uma área de pesquisa legítima o trabalho da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. “Isso também vai propiciar a produção e a multiplicação de programas semelhantes nas diversas áreas da saúde”, enfatiza o professor. ▴

Documento Verde debate o futuro das universidades

Na Ufrgs, o texto será apresentado à comunidade acadêmica, com o objetivo de construir conjuntamente o Plano de Desenvolvimento Institucional

A legislação educacional em vigor no Brasil e os instrumentos de avaliação externa institucional e de cursos de graduação exigem, por parte das instituições de ensino superior, a apresentação de documentos que definam o planejamento destas, a estruturação de suas atividades e os princípios filosóficos norteadores de suas ações. Entre esses documentos, destaca-se o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que deve ser de conhecimento de toda a comunidade acadêmica, sendo avaliado e atualizado periodicamente, além de ser utilizado como referência para programas e projetos desenvolvidos pelas diversas unidades acadêmicas e pela administração central da universidade.

As metodologias para a elaboração do PDI variam de acordo com o tipo de instituição de ensino superior e conforme a escolha do processo adotado, em termos de grau de participação. Esses procedimentos podem ser mais técnicos e fechados ou mais abertos e participativos. Em geral, os trabalhos de elaboração de um PDI supõem a participação de toda a comunidade universitária. Fiel a esse princípio, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) decidiu realizar seu Plano de Desenvolvimento Institucional de forma aberta e ampla.

Formalmente, a Ufrgs ainda não possui um PDI, e sim o Plano de Gestão da atual Reitoria. "Para preencher essa lacuna e o requisito legal, optamos por um modelo mais aberto de construção, por entender que a Universidade é, por natureza, uma instituição mais democrática", destaca o vice-reitor Rui Vicente Oppermann. Segundo ele, o debate envolverá temas básicos, como a definição da missão, objetivos e metas da Instituição, do projeto pedagógico da Universidade e do cronograma de implementação e desenvolvimento da mesma e de cada um de seus cursos.

Neste sentido, o gabinete da Reitoria estabeleceu, há cerca de dois meses, uma comissão informal, escalada para elaborar uma proposta de documento destinado a orientar

a discussão sobre o PDI da Ufrgs. Segundo o professor Oppermann, o grupo é constituído por pessoas com experiência neste tema e irá elaborar o Documento Verde, que será apresentado à comunidade universitária com o objetivo de construir conjuntamente o Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade. "Nossa expectativa é que esse documento esteja pronto no início de agosto, para que possamos abrir o debate, analisar propostas e encaminhar o texto final para apreciação no Conselho Universitário. A ideia é aprovar o PDI da Ufrgs até o final deste ano", afirma o vice-reitor.

Todos terão acesso ao Documento Verde, que será disponibilizado na íntegra pela internet. No entanto, o vice-reitor salienta que, apesar da decisão envolver a comunidade universitária, há algumas especificidades que ficarão a cargo de determinados setores. Uma das iniciativas tomadas em prol da discussão foi o debate ocorrido no último dia 22 de junho, no auditório da Faculdade de Direito da Ufrgs, com representantes das universidades federais de Santa Catarina, Santa Maria e São Carlos, que apresentaram as experiências de construção do PDI de cada uma destas instituições.

Na avaliação de Oppermann, esse tipo de consulta é fundamental para que a comunidade universitária entenda melhor o sentido do que está debatendo. "Afim de contas, trata-se da definição de diretrizes para o futuro da Universidade", enfatiza. Esse Plano, esclarece ainda o vice-reitor, é diferente do de Gestão, que define as políticas da atual Reitoria, e que se encerra ao término desta administração. "Já o Documento Verde diz respeito ao destino da Ufrgs em todos os âmbitos", reforça.

No Brasil, a maioria das universidades adotou o debate como parte da metodologia para a construção do PDI. O que muda é o que é feito depois da elaboração da proposta do Documento Verde. "A Universidade Federal do Rio de Janeiro já tem um Plano, mas o seu processo de constituição foi sumário. O mesmo ocorreu na Universidade Federal de Minas Gerais. Há uma grande expectativa, por parte do Ministério da Educação, em torno do modo de construção do PDI da Ufrgs. A ideia é que ele possa se tornar uma referência para outras universidades do País. Trata-se de um momento muito importante e que deve mobilizar toda a comunidade universitária", conclui o vice-reitor. ▲

Ufrgs contrata plano de saúde da Unimed

Está assinado o novo contrato de prestação de assistência médica para os servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), e seus dependentes e agregados. No dia 7 de junho, o reitor Carlos Alexandre Netto firmou o convênio com a Unimed Porto Alegre em uma cerimônia que contou com a presença de Márcio Pizzato, presidente do Conselho de Administração da Unimed Porto Alegre, Maurício Viégas da Silva, pró-reitor de Gestão de Pessoas da Ufrgs, e de dirigentes dos sindicatos Adufrgs e Assufrgs, além de vários membros da comunidade universitária. A assistência de saúde suplementar passa a valer a partir do dia 1º de agosto.

"Agora nós estamos mais seguros, porque este plano de saúde, que substitui o que tínhamos com a Unimed desde 1991, está regulamentado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e pela Agência Nacional de Saúde Suplementar", explica o professor Paulo Machado Mors, representante da Adufrgs na Comissão de Licitação que definiu a prestadora do serviço. E foi pensando em segurança que a Comissão tratou de preservar a margem consignável na folha dos servidores. "Com o grande impulso do mercado imobiliário, há quem tenha ou venha a ter a prestação da casa própria consignada em folha. Este foi um dos motivos que nos levaram a estipular o pagamento da mensalidade do plano via boleto bancário", diz ele.

O valor da cobertura varia entre R\$ 50,05 e R\$ 525,50, conforme salientou o reitor da Universidade na ocasião da assinatura. Contando com três modalidades, o novo plano deverá atender pelo menos a oito mil beneficiários, número aproximado de atendidos pelo plano atualmente em vigor. "E oferecerá cobertura para exames com novas tecnologias, que já não eram cobertas no plano de 1991", comemora o pró-reitor de Gestão de Pessoas da Ufrgs. "É um alívio para quem tinha dificuldades com o plano antigo, que não cobria acupuntura e prótese, por exemplo", diz Maria Cristina Martins, secretária da Comissão de Usuários do plano anterior e integrante da diretoria da Adufrgs.

Processo de inscrição inicia após adesão voluntária

O cadastro de um servidor no novo plano se dará por adesão voluntária, não importando se ele já é, ou não, atendido pelo plano anterior. Caso seja, o processo se dará por migração. Para auxiliar nesses processos, a Universidade e a Unimed distribuirão, a partir de 1º de julho, uma cartilha que demonstrará didaticamente como proceder.

No caso de migração, todos os atuais dependentes e agregados dos titulares também poderão passar para o novo plano. A inclusão destes, para o caso de titular que não seja beneficiário do antigo plano, seguirá as normas contratuais, que serão detalhadas na cartilha. ➤

Caracterização dos beneficiários

Podem ser Titulares:

- Os servidores ativos e inativos ocupantes de cargos efetivos, cargos comissionados ou de natureza especial e de emprego público da Ufrgs, bem como os profissionais contratados temporariamente, ou lotados em exercício provisório junto à Universidade, e os pensionistas de servidores da Ufrgs. Professores substitutos estão incluídos.

Podem ser dependentes do titular:

- O cônjuge, o(a) companheiro(a) em união estável (inclusive a união homoafetiva), a pessoa dele separada judicialmente, divorciada, ou com quem teve união estável reconhecida e dissolvida judicialmente, com percepção de pensão alimentícia (estando a operadora desobrigada de incluí-la se existir novo(a) companheiro(a) como dependente).

- Os filhos e enteados, solteiros, até 21 anos de idade ou, se inválidos, enquanto durar a invalidez, os filhos e enteados, entre 21 e 24 anos de idade, dependentes economicamente do titular e estudantes de curso

regular reconhecido pelo Ministério da Educação.

- Aqueles que estejam sob a guarda ou tutela do titular, concedida por decisão judicial, com as mesmas restrições aplicáveis ao caso de filhos e enteados.

Podem ser agregados do titular:

- O pai, a mãe, o padrasto e a madrasta do titular, e os parentes consanguíneos até o terceiro grau (cuja inscrição deverá ser admitida pela operadora) e os parentes por afinidade até o segundo grau (cuja inscrição poderá ser admitida pela operadora). A inscrição de agregados exigirá prévia comprovação de dependência econômica através da Declaração Anual de Imposto de Renda, mas esta exigência não valerá no caso de agregados do plano de saúde atualmente em vigor que venham a migrar para o novo plano.



O titular do plano receberá, no contracheque, uma contrapartida, em função de sua idade, de seu salário, e do número de dependentes. Para os agregados, não haverá contrapartida. É importante salientar que a compensação financeira só será paga àqueles que aderirem ao plano recém-assinado pela Ufrgs com a Unimed Porto Alegre. Aqueles que optarem por outros planos/convênios de saúde suplementar não poderão pleitear a contrapartida. Isto vale inclusive para os servidores que estão recebendo, atualmente, a contrapartida governamental.

O novo contrato tem validade de dois anos, com possibilidade de renovação sem licitação por mais três anos, podendo perdurar por cinco anos, quando uma nova licitação se faz obrigatória.

Professores do IF-RS estão incluídos no convênio


Os servidores do Instituto Federal do Rio Grande do Sul/Campus Porto Alegre (IF-RS/Porto Alegre) já beneficiários do atual plano de saúde Unimed/Ufrgs poderão migrar para o novo plano, podendo inclusive acrescentar novos dependentes e agregados. Essa informação foi dada pelo pró-reitor Maurício Viêgas da Silva, em reunião com os diretores da Adufrgs-Sindical José Carlos Freitas Lemos (1º vice-presidente), Maria Luiza Ambros von Holleben (2ª vice-presidente), Daniela Marzola Fialho (1ª secretária) e Paulo Artur Konzen Xavier de Melo e Silva (1º tesoureiro).

O tema estava pendente porque o IF-RS, antiga Escola Técnica, desligou-se da Ufrgs. A contrapartida financeira para esses servidores deverá ser feita através do Instituto Federal, já que os docentes desta instituição não estão mais na folha de pagamento da Universidade.

Algumas características do novo plano

- Inexistência de carência
- Inexistência de taxas de inscrição, de internação hospitalar, de exames de diagnóstico e administrativas em geral
- Participação de R\$ 16,00 no custo das consultas efetivamente realizadas

Sindicato também oferecerá plano de saúde

A Adufrgs-Sindical está em vias de contratar um plano de saúde, possivelmente com a Unimed Porto Alegre, para atender aos associados que, sendo docentes da Ufrgs, não desejem participar do novo plano Unimed/Ufrgs, ou que, por serem docentes da UFCSPA e do IF-RS/Porto Alegre, estão impedidos de aderir ao Plano Unimed/Ufrgs. Quanto à contrapartida financeira, o Sindicato informa que os docentes da UFCSPA têm direito a ela, pois essa Universidade possui convênio com a Geap, mas que, para os professores do IF-RS/Porto Alegre, a situação ainda não está clara. O Sindicato irá defender, em todas as instâncias competentes, o direito a esse benefício para os que aderirem ao plano de saúde que será contratado. 

Caracterização das Modalidades

Modalidade A

Abrangência na Região Metropolitana de Porto Alegre e no município de Tramandaí, com acomodação padrão enfermária, com, no mínimo, os seguintes hospitais credenciados: Hospital de Clínicas de Porto Alegre, Complexo Hospitalar Santa Casa e Hospital São Lucas da PUC, em Porto Alegre, e um hospital com CTI no município de Tramandaí. É previsto o procedimento de consultas médicas preliminares nas especialidades de clínica geral, obstetrícia e ginecologia, oftalmologia, pediatria e traumatologia, com encaminhamento do paciente, se for o caso, a outras especialidades.

Modalidade B

Abrangência nacional, com acomodação padrão semi-privativo (quarto com até dois leitos e banheiro), com, no mínimo, os seguintes hospitais credenciados: Hospital de Clínicas de Porto Alegre, Complexo Hospitalar Santa Casa, Hospital São Lucas da PUC e Instituto de Cardiologia, em Porto Alegre, e um hospital com CTI no município de Tramandaí.

Modalidade C

Abrangência nacional, com acomodação padrão semi-privativo (quarto com até dois leitos e banheiro), com, no mínimo, os seguintes hospitais credenciados: Hospital de Clínicas de Porto Alegre, Complexo Hospitalar Santa Casa, Hospital São Lucas da PUC, Instituto de Cardiologia, Hospital Moinhos de Vento e Hospital Mãe de Deus, em Porto Alegre, e um hospital com CTI no município de Tramandaí.

OBS: Ao contratar o plano, o titular poderá optar por acomodação padrão privativo (quarto com um leito e banheiro), nos casos das modalidades B e C, e mediante acréscimo de 18% sobre os valores cotados para a modalidade escolhida.

Tabela de valores das contribuições individuais:

Faixa Etária	Modalidade A	Modalidade B	Modalidade C
0 a 18 anos	R\$ 50,05	R\$ 73,58	R\$ 87,59
19 a 23 anos	R\$ 68,18	R\$ 100,23	R\$ 119,32
24 a 28 anos	R\$ 81,62	R\$ 119,98	R\$ 142,84
29 a 33 anos	R\$ 93,16	R\$ 136,95	R\$ 163,03
34 a 38 anos	R\$ 96,91	R\$ 142,46	R\$ 169,60
39 a 43 anos	R\$ 98,70	R\$ 145,09	R\$ 172,73
44 a 48 anos	R\$ 122,64	R\$ 180,28	R\$ 214,62
49 a 53 anos	R\$ 140,98	R\$ 207,24	R\$ 246,72
54 a 58 anos	R\$ 194,05	R\$ 285,25	R\$ 339,59
59 anos ou mais	R\$ 300,28	R\$ 441,42	R\$ 525,50



Representantes da Ufrgs e Unimed assinaram convênio, no início de junho

Oportunidade para aposentados

Joacy de Abreu Faria

professor aposentado do Instituto de Matemática da Ufrgs

Quem acompanha o que sucede em Rio Grande com a implementação do Polo Naval impressiona-se não tanto com a grandiosidade do que ora se encontra em plena execução, mas com a desagradável carência de mão-de-obra para fazer frente às necessidades decorrentes do empreendimento. Profissionais de nível superior são oriundos das empresas coligadas para a concretização do significativo evento e, também, dos próprios recursos locais, dentre eles se evidenciando a Universidade Federal de Rio Grande (FURG).

Soldadores, eletricitas, carpinteiros, operadores de máquinas e mecânicos de manutenção - apenas para citar algumas das ocupações indispensáveis - no entanto, os que mais faltam para que o trabalho seja desenvolvido de forma desejável, não obstante o esforço desdobrado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Sendo, pois, insuficiente o contingente necessário à premente exigência, não houve, no momento, outra opção dos mentores do projeto em senão convocar aposentados para, com sua experiência, demonstrar como, "por ver fazer", se desempenham as profissões no mundo do trabalho. Tal modalidade, recuando à época em que não existiam centros profissionalizantes, proporciona inestimável estímulo ao aposentado que, não se conformando (alguns, é lógico) com o afastamento do trabalho exercido por longos anos, tem a oportunidade de sentir-se valorizado e de poder partici-

par do cívico empreendimento. Sua atuação certamente será apoiada pelo Senai, que dispõe de avançada metodologia para a preparação profissional de pessoal nos mais variados níveis de habilitação exigidos.

As obras em andamento renovam a esperança de Rio Grande vir a desfrutar das vantagens com que contava no passado com o porto marítimo de acesso ao Estado e onde havia indústrias e comércio de ponta para a economia local. Investimentos, como o prolongamento dos molhes da barra e a construção do dique seco, o estaleiro, o surgimento de cascos e as plataformas para exploração no pré-sal constituem hoje, enfim, a garantia de que o projeto é irreversível. Notícia a imprensa que o consórcio formado pelas empresas ali atuantes organiza a montagem da P- 63 para que a construção do complexo comece no primeiro bimestre de 2011, com a expectativa de que gere cerca de 1.800 vagas de trabalho direto, com pico de 4.000 a 7.500 empregos indiretos, durante o período em que toda a estrutura esteja sendo construída. Por aí se vê a urgente necessidade de preparar pessoal habilitado para que os objetivos sejam concluídos com êxito. E a participação do aposentado, nesse particular, é de fundamental importância. Daí o acerto da medida tomada pelos organizadores da portentosa obra, no sentido de agilizar, em caráter emergencial, a adaptação dos interessados às técnicas do trabalho profissional. (A)



Helder Machado Passos

“É possível afirmar que o povo está presente na Conae, discutindo os rumos da educação brasileira”

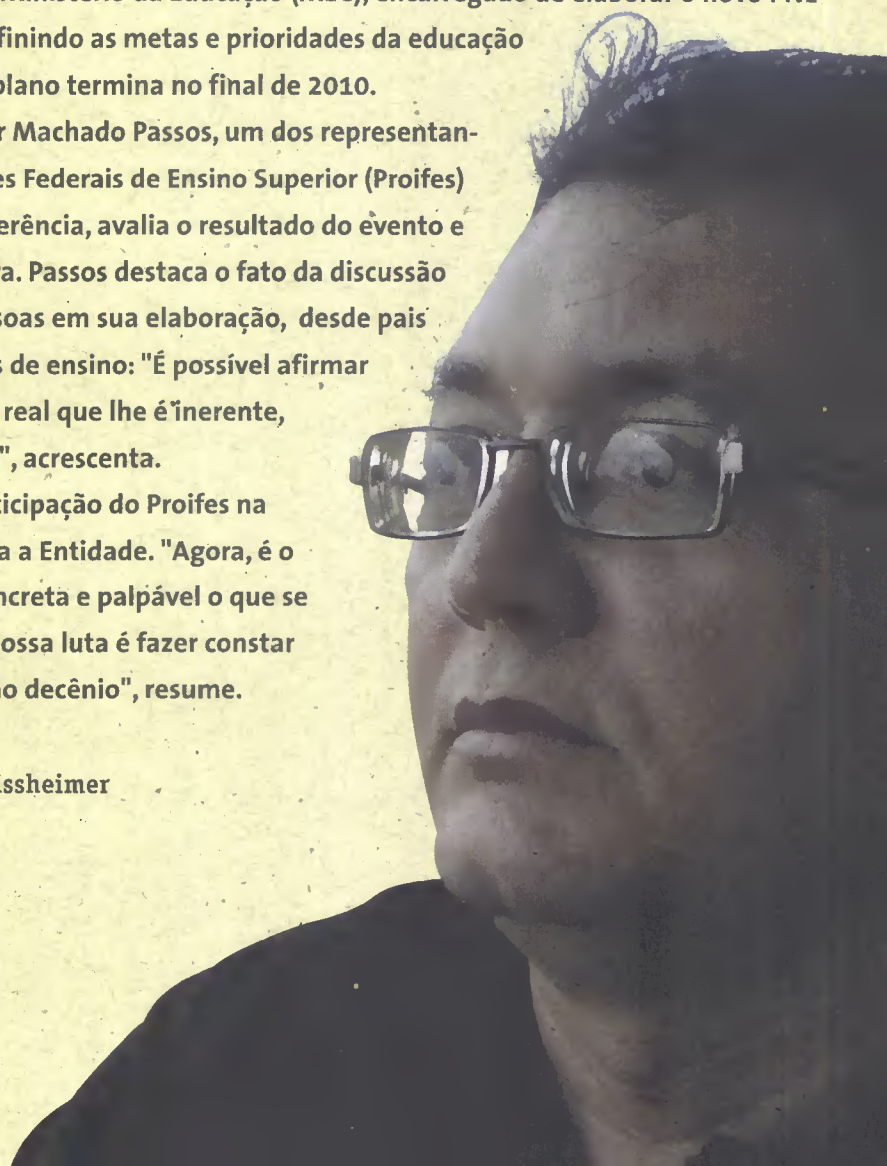
Educadores de todo o Brasil participaram da Conferência Nacional de Educação (Conae), discutindo as propostas do novo Plano Nacional de Educação (PNE) para os próximos dez anos. Cerca de três mil pessoas, entre delegados e observadores, debateram, de 28 de março a 1º de abril, um conjunto de ideias com o objetivo central de montar o esboço de um sistema nacional articulado de educação - uma espécie de "SUS [Sistema Único de Saúde] da Educação." Atualmente, a área tem responsabilidades divididas entre estados, municípios e União. No sistema que deverá ser montado, as três esferas passariam a trabalhar integradas.

As definições tomadas na Conferência não têm valor de lei, nem passam a valer imediatamente. Elas são apenas sugestões a serem apresentadas ao Ministério da Educação (MEC), encarregado de elaborar o novo PNE - que deve vigorar entre 2011 e 2020, definindo as metas e prioridades da educação brasileira neste período. O atual plano termina no final de 2010.

Em entrevista à Adverso, o professor Helder Machado Passos, um dos representantes do Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes) na comissão nacional que organizou a Conferência, avalia o resultado do evento e suas repercussões para a educação brasileira. Passos destaca o fato da discussão ter envolvido mais de cinco milhões de pessoas em sua elaboração, desde pais de estudantes até gestores de instituições de ensino: "É possível afirmar que o povo brasileiro, com a diversidade real que lhe é inerente, esteve e está presente na Conae", acrescenta.

Na entrevista, ele também analisa a participação do Proifes na Conferência e aponta futuros desafios para a Entidade. "Agora, é o tempo da política para tornar realidade concreta e palpável o que se encontra no documento final da Conae. Nossa luta é fazer constar essas propostas no PNE para o próximo decênio", resume.

por Marco Aurélio Weissheimer



Adverso: Qual o balanço geral do Proifes sobre a Conferência Nacional de Educação?

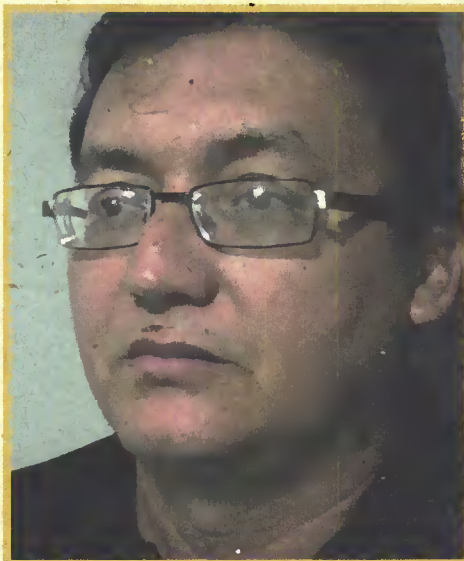
Helder Passos: Acho que, coletivamente, o Proifes avalia que a Conae foi um movimento importante para a educação brasileira, na medida em que o seu conteúdo se refere à Educação desde a creche até a pós-graduação, stricto sensu. A preocupação com todos os níveis de ensino não se restringe a pensá-los separadamente, muito pelo contrário. Acho que o salto da Conae foi, desde o início - e como está bem posto em seu tema central - o sentido de articulação entre os vários níveis da educação.

Também é importante destacar que o Proifes defende a educação pública, laica e de qualidade, mas não desconhece a complexidade da realidade nacional, de modo que entende que a participação dos vários setores e segmentos de ensino demonstra o grau de maturidade e de realidade de todos que integraram este movimento. Devemos lembrar que a comissão organizadora da Conae, da qual o Proifes faz parte, é composta por 37 membros titulares e 37 suplentes, representantes de diversas instituições, organizações e movimentos sociais de todo Brasil. Temos que admitir que por ter sido a primeira conferência nacional de educação com este caráter tão amplo, alguns elementos no processo devem ser avaliados com maior atenção para serem aprimorados, como a logística e os critérios de escolha de delegados.

Adverso: Quais foram as principais propostas aprovadas no encontro, na sua opinião?

Helder Passos: Corro o risco de ser injusto, ou mesmo de não conseguir apontar os maiores avanços, pois quando lembro de todo o processo de realização, do tema central e dos seis eixos temáticos da Conferência e lanço o olhar no documento final, sempre reavalio o meu posicionamento quanto a essa questão, mas é possível destacar alguns pontos.

O primeiro é o fato da Conferência ter tido um envolvimento de mais de cinco milhões de pessoas espalhadas por todo País. Este é um número bastante expressivo e torna-se mais importante quando observamos que ele é composto pelos pais, estudantes, profissio-



“Na Conae, tivemos manifestações de pessoas de todas as regiões do País, representantes de todos os setores e segmentos”

nais da educação e gestores. Também merece atenção o fato de que é possível afirmar que o povo brasileiro, com a diversidade real que lhe é inerente, esteve e está presente na Conae, tanto no processo de realização, quanto na organização e elaboração do documento final. A capilaridade que a Conferência alcançou, a meu ver, é algo que não pode deixar de ser considerado. Um outro avanço que posso destacar é a qualidade das propostas apresentadas. Salta aos olhos o grau de comprometimento dos que foram eleitos delegados com as ideias oriundas de suas bases. Tivemos manifestações, nas plenárias de eixo e na final, de pessoas de todas as regiões do País, representantes de todos os setores e seguimentos, lutando por aquilo que entendiam ser mais razoável.

As propostas sobre o financiamento da educação brasileira constituíram um tema de bastante interesse e muita discussão, que resultou em ideias de elevação dos percentuais financeiros para o ensino em todos os níveis.

Destaco, neste aspecto, a aprovação da proposta de destinação de 50% da riqueza oriunda da exploração do petróleo da camada do pré-sal para financiamento da Educação. É bom lembrar que o Senado Federal aprovou recentemente este percentual para tal destinação. Isso não significa que já está garantido, mas acredito que este posicionamento do Senado levou em consideração o que foi eleito por aqueles que estão diretamente envolvidos com o ensino.

Ressalto também a ênfase que se encontra no documento final sobre a necessidade de criação e manutenção de conselhos escolares em todos os níveis - federal, estadual e municipal - e mesmo em todas as instituições de ensino. Existe um número bastante expressivo de instituições e de municípios que não contam com conselhos de educação. Também podemos dizer que muitos que estão constituídos não funcionam, porque na realidade a existência dos mesmos se restringe ao aspecto formal. Ainda sobre os conselhos, avançou-se bastante quanto à composição dos mesmos. Qualquer conselho, por menor que seja em número de participantes, terá que ter representantes dos quatro segmentos envolvidos: pais, estudantes, profissionais da educação e gestores.

A criação de um fórum nacional para, entre outras atividades, organizar as próximas conferências nacionais de educação, também, no meu entendimento, é um avanço, pois dinamiza e cria uma estrutura própria para a realização das conferências que, pela proposta aprovada, devem ocorrer a cada quatro anos.

Adverso: E os principais limites, aqueles pontos onde não se conseguiu avançar?

Helder Passos: No processo de realização das etapas da Conae, muitos problemas surgiram. Alguns deles se apresentaram na logística, pois não é fácil organizar uma conferência nacional. Pensemos nas etapas municipais, estaduais e federal e em questões como participação na formulação e consolidação de propostas, escolha de delegados, viabilização da participação dos mesmos, com passagem, estadia e alimentação, acessibilidade para



ping-pong

peças com deficiências de vários tipos, etc.

Também houve, em determinados estados, a recusa de contribuição de algumas secretarias de educação. É óbvio que nenhuma entidade ou instituição estava obrigada a participar, mas quando uma secretaria de educação se recusa a fazer parte de um evento deste porte ligado à sua área, as coisas tornam-se mais difíceis.

Tenho que dizer que, por parte das entidades participantes da comissão organizadora nacional, a adesão ao evento não foi imediata. Mesmo participando da comissão, nem sempre se via um engajamento maior em todos os momentos da Conae, pelas categorias e diferentes setores. Acho, sinceramente, que para a segunda conferência, esta atitude não se repetirá. Digo isso porque foram muitos os que, depois de terem percebido que não poderiam mais participar, tentaram viabilizar suas presenças como delegados ou observadores. A propósito, o Centro de Convenções Ulisses Guimarães, em Brasília, esteve o tempo todo lotado nos dias de realização da Conae.

Adverso: Qual o balanço da participação do Proifes no evento?

Helder Passos: Acho que foi muito importante o Proifes ter decidido, lá em 2008, que designaria dois representantes para compor a comissão nacional: eu fui pelo estado do Maranhão, como membro titular, e o professor Paulo Haidamus foi pelo Mato Grosso do Sul. Entendo que o movimento sindical não pode se comportar apenas como crítico de tudo sem

“A atividade sindical não pode prescindir de sua participação em todos os aspectos e momentos do processo educacional”

participar na elaboração de propostas e mesmo na observação se as mesmas, depois de superadas as etapas de discussão e aprovação, estão sendo praticadas do modo como deveriam ser.


Neste sentido, entendo que a presença do Proifes foi positiva e que devemos continuar focados no documento final e na implementação de políticas para a Educação, principalmente para os próximos dez anos, que correspondem ao tempo de vigência do novo PNE. Esta questão é muito importante, pois o último Plano não foi praticado nem o equivalente a 10% do que preconizava. Não podemos permitir que isso aconteça novamente, pois significará mais gerações prejudicadas com a falta de compromisso de todos com a educação. As propostas aprovadas na Conae só terão sua qualidade avaliada se forem, de fato, praticadas. Se isso não ocorrer, saberemos que as mesmas não puderam cumprir seu papel, que é o de fomentar, inventar e reinventar o fazer educacional.

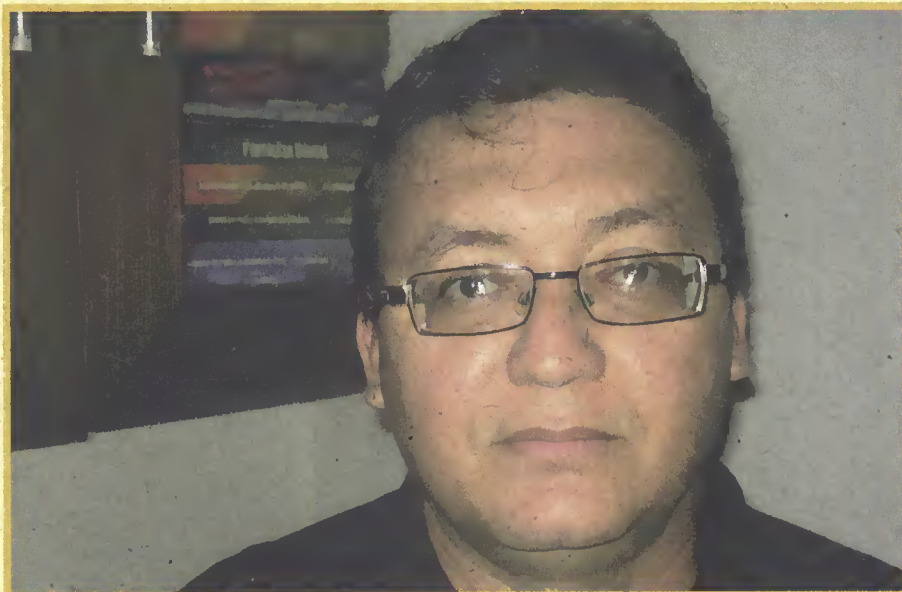
Do ponto de vista de nossa partici-

pação como delegados e observadores dos estados brasileiros, acho que não foi boa. Tivemos poucos colegas que se dispuseram a participar das etapas anteriores à nacional e assim não puderam estar presente na mesma. Avalio que, em muitos casos, isso ocorreu devido à falta de atenção para com a dinâmica relativa aos requisitos de participação, ou seja: "dormiram no ponto". Acho que para a próxima, o "despertador" está ligado desde já.

Adverso: Considerando o resultado da Conferência, qual a estratégia do Proifes daqui por diante no debate sobre a política educacional brasileira?

Helder Passos: Nas últimas reuniões do Proifes temos feito várias avaliações. Uma delas é o fato de que a Conferência cumpriu um papel importante ao apontar vários elementos para uma política razoável para a educação brasileira. Isso não significa que tudo foi pensado e decidido. Ainda temos muito que avançar sobre conteúdo, concepções e propostas. Mas a realidade é que conseguimos produzir, e agora é o tempo da política para tornar realidade concreta e palpável o que se encontra no documento final da Conae. Daqui por diante, nossa luta é fazer constar essas propostas no Plano Nacional de Educação que será proposto para o decênio de 2011 a 2020.

Como atividade do Proifes nesta direção, realizamos um primeiro seminário pós-conferência, no mês de maio, em São Paulo, em parceria com várias entidades ligadas à educação, para acertarmos a melhor forma de intervenção junto aos profissionais que terão a responsabilidade de providenciar o próximo PNE. Para a concretização desse propósito, realizaremos um segundo encontro, participaremos de um evento em Buenos Aires levando nossa experiência na Conae e também outras proposições relativas à educação. Também queremos conhecer mais de perto as experiências, dificuldades e propostas para a educação de países vizinhos. Por fim, reiterando o que disse em outro momento, a atividade sindical não pode prescindir de sua participação em todos os aspectos e momentos do processo educacional. 



Incubadoras unem pesquisa acadêmica e técnica profissional

Parceria entre laboratórios e empresas é uma oportunidade de testar a tecnologia criada nas universidades

Por **Luana Dalzotto**

Assim como as incubadoras neonatais protegem a saúde dos bebês recém-nascidos, as incubadoras empresarias ou tecnológicas são importantes para a vida de pequenas e novas empresas, tanto para o desenvolvimento quanto para o amadurecimento de

novos negócios. A prova está nos números. Só este ano, 35 empreendimentos estão incubados nos laboratórios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) e, desde 1992, as cinco Incubadoras Tecnológicas da Ufrgs impulsionaram o crescimento de 18 empresas gaúchas.

Fotos: Suzana Pires



Cada uma delas atende a setores específicos e a mais antiga é a Incubadora Empresarial do Centro de Biotecnologia (IE-CBiot), que funciona no Campus do Vale da Universidade.

Normalmente, os laboratórios funcionam na sede de suas faculdades e, assim como os locais físicos, os resultados também variam. A de Informática, por exemplo, apóia e gradua um maior número de empresas, porque o produto é mais rápido e fácil, tanto para ser desenvolvido, quanto para circular no mercado. "Já a C-Biot demanda mais tempo porque, entre outras coisas, os produtos têm mais riscos", compara Ana Paula Matei, coordenadora da Rede de Incubadoras Tecnológicas (Reintec).

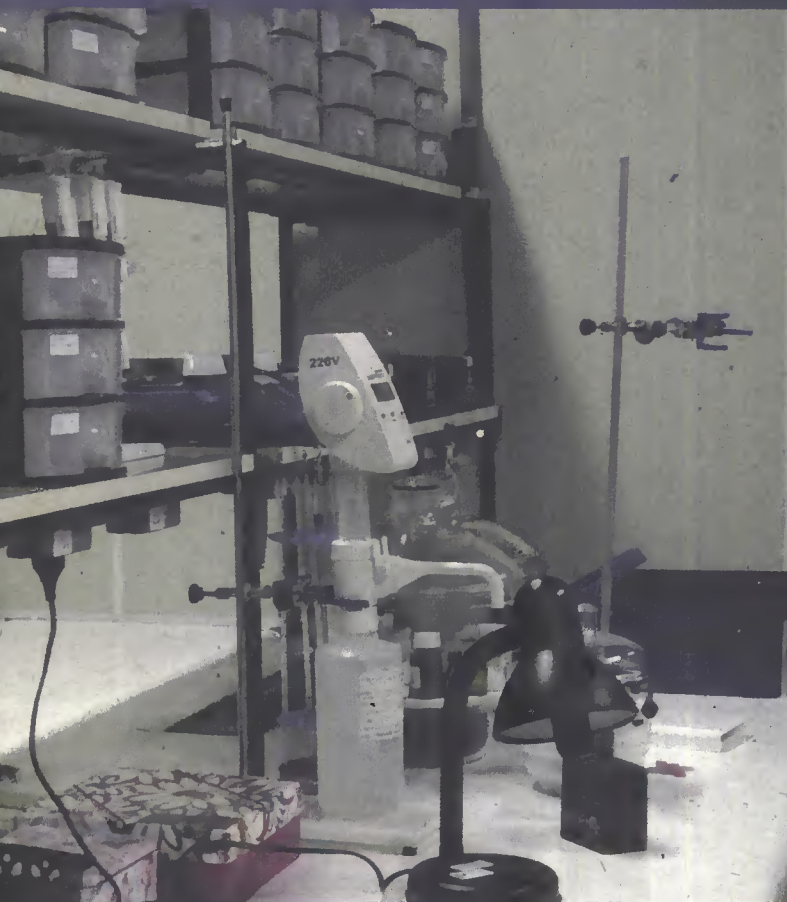
Por gerarem conhecimento, todas as incubadoras da Instituição estão vinculadas à comunidade. Mas é a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (Itcp), ligada ao Núcleo de Economia Alternativa da Faculdade de Economia, que realiza um trabalho mais próximo da sociedade, apoiando, atualmente, 13 cooperativas. "São empreendimentos solidários, mas com objetivo de gerar renda e tecnologia", esclarece Ana Paula.

Incubadora	Pré-Incubadas	Incubadas Internas	Incubadas Externas	Graduadas
CEI (1996)	1	16	2	9
IE-CBiot (2001)	1	7	0	3
Itaca (2003)	0	0	0	4
Héstia (2004)	1	5	2	2
Total	3	28	4	18
Total de empresas Incubadas	35	*A Itcp não possui empresas incubadas - ela apenas apóia 13 cooperativas populares		

As cinco incubadoras da Ufrgs

- Incubadora Empresarial do Centro de Biotecnologia (IE-CBiot)
- Centro de Empreendimentos do Instituto de Informática (CEI)
- Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (Itcp)
- Incubadora Tecnológica Empresarial de Alimentos e Cadeias Agroindustriais (Itaca)
- Incubadora Tecnológica Héstia (parceria entre a Escola de Engenharia e o Instituto de Física)

Na Universidade, as incubadoras são de base tecnológica e divididas por setores. Isto é, a matéria-prima oferecida é a tecnologia de ponta específica para cada área.



No laboratório da empresa Noddtech, o trabalho é voltado à fabricação de corantes

Ambientes que estimulam o empreendedorismo se caracterizam pela multiplicidade

Apesar de contar com uma equipe pequena, constituída geralmente por professor, funcionário e alunos, uma incubadora atende diferentes empresas ao mesmo tempo. Pode, também, oferecer serviços diversos, da gestão à técnica. "Porém, como entendemos que o empreendedor já tem o domínio do processo, o objetivo principal é auxiliar na administração de novos negócios", explica a coordenadora da Reintec.

Além disso, os laboratórios atendem dois tipos de empreendimentos: empresa pré-incubada e incubada. Nas duas fases, as candidatas passam por uma seleção que avalia produto, plano de negócio e perfil empreendedor. Na pré-incubação, o foco são atividades que visam estimular o negócio em um curto período de tempo. Na fase de incubação, os laboratórios apoiam as empresas na administração, no desenvolvimento de produtos e serviços, e na técnica. "Além da triagem, a seleção ajuda a avaliarmos a necessidade da instalação do empreendimento no campi da Ufrgs. Temos algumas empresas incubadas em locais externos", comenta Ana Paula.

Cada firma incubada paga uma taxa que varia de R\$ 3,00 a R\$ 15,00 por metro quadrado. O valor depende dos recursos utilizados por cada empreendimento: espaço físico, telefone, água, internet, entre outros.

Gestão de sucesso

Todos os laboratórios da Instituição estão ligados à Reintec, da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico da Universidade (Sedetc), que este ano, além do aniversário de 10 anos, comemora o crescimento da Rede de Incubadoras.

Prova deste sucesso, é a Maratona de Empreendedorismo da Ufrgs, que, desde o ano passado, em razão do grande número de interessados - 243 inscritos -, exige que os candidatos passem por um processo seletivo. Ana Beatriz Zaccaron, Técnica em Assuntos Educacionais do Programa de Empreendedorismo e Inovação da Sedetc, alerta que, apesar do público da Maratona ser composto em grande parte por profissionais das áreas de tecnologia da informação e administração de empresas, o curso está aberto a todas as áreas acadêmicas. Para Ana Beatriz, participar do evento é o primeiro passo para o sucesso porque "as aulas servem justamente para montar planos de negócios, que, posteriormente, podem ser usados para atender a editais".

A grande procura pelo curso sugere que, cada vez mais, cresce o interesse de unir negócio com pesquisa acadêmica. E, conforme Ana Paula, o Parque Tecnológico, além de abrir espaço para novos negócios, permitirá que empresas recém saídas da fase de incubação continuem a usufruir do estudo e dos serviços oferecidos pela Universidade. Outra idéia da Reintec é criar uma incubadora multissetorial, que atenderá áreas hoje não contempladas. (A)

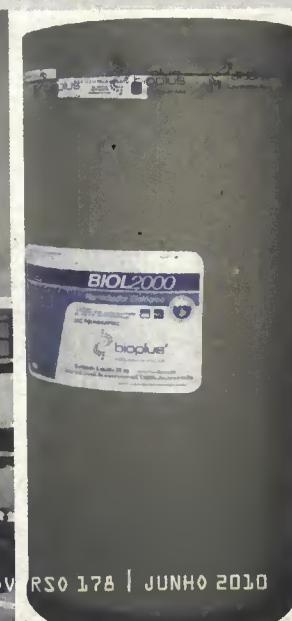
Os laboratórios apoiam as empresas no desenvolvimento de produtos e serviços.

Maratona de Empreendedorismo

Há onze anos, a fim de disseminar a cultura empreendedora, fornecer ferramentas para o desenvolvimento de negócios e divulgar o trabalho das incubadoras, a Reintec realiza, no segundo semestre do ano, a Maratona de Empreendedorismo da Ufrgs. Com carga horária de 80 horas, o curso é dividido em dois módulos: formação empreendedora e plano de negócio. Ao todo, 90 vagas são oferecidas a estudantes, profissionais e empresários. No final, acontece o Concurso de Planos de Negócios, onde, após consultorias do Sebrae, os quatro melhores são premiados com bolsas de estudos. Interessados podem obter mais informações no site www.sedetc.ufrgs.br.



Marcadores luminescentes fabricados por uma das empresas incubadas da IC - BIOT



Governo ignora reestruturação das carreiras dos professores federais

por Diretoria da Adufrgs-Sindical

Em julho termina o prazo para a negociação dos acordos históricos firmados entre Proifes e Governo Federal, em dezembro de 2007 e março de 2008, para o Ensino Superior (ES) e o Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT). Finalmente podia-se estabelecer um diálogo direto com o governo. As tratativas que ocorreram até a assinatura do Termo de Acordo puseram fim a um período de mais de 20 anos sem negociações salariais efetivas. Foram efetuados os aumentos sucessivos de salários em 2008, 2009, e agora em julho de 2010, fazendo com que, em alguns casos, os reajustes somados nestes três anos chegassem a quase 70% (veja tabelas nas páginas 18 e 19).

Além destas reposições salariais acima da inflação, que valorizaram as carreiras e a qualificação profissional, outras conquistas devem ser lembradas, como o fim da Gratificação de Estímulo à Docência (Ged) por pontos no Ensino Superior, o término da Gratificação Específica de Atividade Docente (Gead) no Ensino Básico; a incorporação da Vantagem Pecuniária Individual (VPI) e da Gratificação de Atividade

Executiva (Gae) para o Ensino Básico - em julho de 2008 - e Ensino Superior - em fevereiro de 2009 - proporcionando um aumento significativo no Vencimento Básico (VB), e o compromisso de criar mesas de negociações específicas para a reestruturação e o enquadramento das carreiras do ES e do EBTT e outras demandas pendentes no Termo de Acordo.

Contudo, essas reuniões, previstas para iniciarem em abril de 2008 e encerrarem em julho de 2010, jamais foram consolidadas, apesar das insistentes solicitações do Proifes. Se por um lado o pagamento dos reajustes acordados tem sido honrado, por outro, a negociação sobre a reestruturação das carreiras dos docentes do Ensino Superior e as discussões sobre a carreira do EBTT não foram retomadas. Apesar do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) ter se comprometido com as instalações das mesas, o governo protelou a negociação da carreira até o final do período tratado e no prazo limite comunicou que está enviando um Projeto de lei (PL) para o Congresso.

Em reunião realizada no dia 22

A proposta do Proifes

O 5º Encontro Nacional do Proifes, realizado em São Paulo, em agosto de 2009, aprovou um Plano de Reestruturação de Carreira, que foi entregue formalmente ao governo. É interessante lembrar alguns dos principais eixos da Proposta de Carreira do Proifes como a criação de uma nova classe, na base da estrutura da carreira, estendendo-a para cinco classes; definição das regras para o enquadramento dos professores ativos e aposentados; isonomia entre as carreiras dos professores do ES e do EBTT; estabelecimento de padrões lógicos para os steps do Vencimento Básico (VB) e da Retribuição por Titulação (RT); incorporação da Gratificação Específica do Magistério Superior (Gemás) e da Gratificação Específica de Atividade Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (GEDBT); valorização salarial pela progressão na carreira; equiparação do piso e teto para o professor das Ifes aos níveis dos profissionais da Carreira de Ciência e Tecnologia (C&T) e, acima destas cinco classes, ficando mantido o cargo de Professor Titular.



de junho de 2010, com representantes dos professores das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), o MPOG apresentou, oralmente, as linhas gerais de uma proposta de carreira que nunca havia sido discutida ou levada ao conhecimento dos professores, em sua forma completa. Posteriormente, no dia 28 de junho, o Ministério, atendendo à solicitação do Proifes, de encaminhamento de cópia do PL, na íntegra, para conhecimento da categoria, enviou eletronicamente um texto sucinto com o título Reestruturação da Carreira de Magistério Superior, que é uma reprodução reduzida com pequenas alterações - e ainda mais vaga - do informe de 22 de outubro de 2009, intitulado Síntese da Minuta de Projeto de Lei que "Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira e Cargos de Magistério Superior Federal; a criação da Gratificação de Encargos de Atividade de Preceptoria (GAP) e da Função de Coordenação de Cursos; e dá outras providências". Na verdade, o discurso do governo foi mantido desde outubro de 2009.

Foi um grave retrocesso nas relações governo/docentes das Ifes, pois princípios que nortearam as negociações nesses três anos, como a recuperação da paridade entre ativos e aposentados e, sobretudo, o diálogo e a transparência voltam a ser desrespeitados.

O MPOG, órgão que coordena a área de carreiras, cargos e salários, em resposta à proposta consolidada no 5º Encontro do Proifes, divulgou em outubro de 2009 a primeira síntese da minuta do PL unilateralmente construído. Como já foi dito, o documento é uma versão mais ampla do texto apresentado recentemente, no final do prazo possível para as negociações, uma vez que 2010 é um ano de eleições presidenciais.

Pela síntese da proposta do governo e pelo exposto pelos representantes do MPOG na reunião (relato divulgado no Informativo Adufrgs-Sindical) trata-se de uma carreira diferente daquela que foi elaborada pelo Proifes, apresentando distorções indesejáveis.

Exemplo disso é que a proposta eleva o teto remuneratório da carreira de professores titulares, mas mantém o piso atual, partindo daí o escalonamento salarial. Essa fórmula garante ganhos reais apenas para os titulares e promove perdas para a grande massa de professores. Cria sem a menor discussão uma nova classe, a do professor Sênior, acima do Associado, e promete uma regra para o enquadramento dos atuais Associados ativos (e não aposentados), sem, no entanto informar como será feito. Por outro lado, embora se refira à classe Sênior a ser criada, e cite na minuta que é assim que será intitulada, abandona esta nomenclatura e denomina as classes como D1, D2, D3, D4 e D5 (gerando dúvida se esta última seria a classe Sênior), cada uma com quatro níveis. Levanta a hipótese - fato que causa estranheza em um PL - de um mecanismo de progressão acelerada para o professor 40h ou Dedicção Exclusiva (DE) que ministrar pelo menos 12 horas/aula por semana em, no mínimo, três disciplinas, e para o docente de 20h que ministrar duas disciplinas, com uma carga de 12 horas/aula por semana. Mas como esta é a carga horária da maioria dos professores, logo haverá uma nova aglomeração de docentes em final de carreira.

Apesar das duas propostas recomendarem a criação de uma nova classe, cujo objetivo considerado pelo Proifes foi a extensão da carreira por mais de 30 anos, há uma diferença fundamental quanto a sua localização - no início da Carreira, pelo Proifes, e no final da Carreira, pelo governo. No primeiro caso, não afeta os atuais ativos e os aposentados, mas gera um maior impacto orçamentário, pois reposiciona o todo. No segundo caso, o prejuízo é o afastamento dos docentes do topo, em especial os aposentados. O impacto orçamentário é menor, pois os recursos só serão desprendidos com as duas últimas classes do topo da carreira: Titular e Sênior (esta ainda sem ocupantes). A proposta é considerada pelas lideranças do movimento docente como nefasta em todos os aspectos, e perigosamente enganadora. Ela ludibria quando vista como uma possibilidade futura de aumentos de salário, pois é preciso lembrar que não é necessária a criação de uma nova classe no topo da carreira para que os salários melhorem. Além do mais, estabelece um precedente a ser utilizado no futuro como estratégia sempre que houver disputa em relação à questão salarial.

Nas duas minutas do PL (outubro de 2009 e junho de 2010), a proposta do governo envolve ideias não negociadas e não esclarecidas, como a criação da Gratificação de Preceptoria, para quem orienta estágios na área de saúde; a Retribuição por Projetos Institucionais, para os que, no regime de Dedicção Exclusiva, queiram receber por projetos de pesquisa e extensão; e cria cargos para coordenação de curso. Em nenhuma ocasião aponta com a possibilidade de equiparação salarial com a Carreira de Ciência e Tecnologia.

A reação da Adufrgs-Sindical em relação a essa proposta do governo deve ser pragmática e firme. Na restauração da ética da relação assumida com o Governo Federal, a categoria dos docentes federais merece o respeito de ser esclarecida nas questões acordadas, e não ser enganada.

Esta proposta do governo é um "Cavalo de Tróia", uma cunha colocada no seio da categoria. É uma artimanha do jogo propositivo do poder público que não resolve a extensão de tempo na Carreira da grande maioria dos docentes.

Nem na construção do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE), que redundou na Lei nº 7.596/1987, durante o Governo Sarney, a estratégia política governamental foi tão autoritária e unilateral como esta do segundo Governo Lula. Naquela ocasião, ocorreram discussões e debates entre representantes do governo e dos professores. Estes últimos, tendo permanecido em Brasília por vários meses, em tempo integral. De lá, reportavam às suas bases o andamento dos trabalhos, para as mesmas avaliarem e modificarem, se necessário. Desta empreitada têm-se o testemunho do atual presidente da Adufrgs-Sindical, Claudio Scherer, que foi um dos representantes dos professores da Entidade.

Agora, a expectativa é de que o primeiro semestre de 2010 não termine com disputas entre iguais, nem encerre o ciclo do que tem sido impacientemente esperado pelos docentes, um assunto que há tempos vem mobilizando os professores das universidades públicas federais brasileiras: a discussão democrática da reestruturação de sua Carreira.



Tabelas Comparativas

Carreira do Ensino Superior

Regime 20 horas

CLASSE	NÍVEL	ANTES DO ACORDO										DEPOIS DO ACORDO									
		ATIVOS					APOSENTADOS					SALÁRIOS ATUAIS					SALÁRIOS JULHO/2010				
		Grad.	Aperf.	Esp.	Mest.	Dout.	Grad.	Aperf.	Esp.	Mest.	Dout.	Grad.	Aperf.	Esp.	Mest.	Dout.	Grad.	Aperf.	Esp.	Mest.	Dout.
TIT.	U	1.488,87	1.488,87	1.501,47	1.716,08	2.213,46	1.426,37	1.426,37	1.436,72	1.626,83	2.091,71	1.982,38	2.064,25	2.209,92	2.490,26	2.995,09	2.082,28	2.243,06	2.422,70	2.804,94	3.482,77
ASSOC.	4					2.052,80					1.946,30				2.363,48	2.802,65				2.745,36	3.272,40
	3					2.018,18					1.911,68				2.307,71	2.692,23				2.667,79	3.154,18
	2					1.983,55					1.877,05				2.279,68	2.625,85				2.634,69	3.044,56
	1					1.948,93					1.842,43				2.275,82	2.621,99				2.631,31	3.016,58
ADI.	4	1488,87	1488,87	1.501,47	1.568,67	1.810,42	1426,37	1426,37	1.436,72	1491,92	1.703,92	1.790,66	1.854,54	1.913,36	2.083,69	2.429,64	1.892,49	2.048,05	2.087,73	2.357,13	2.742,40
	3	1488,87	1488,87	1.501,47	1.568,67	1.763,01	1426,37	1426,37	1.436,72	1491,92	1.656,51	1.765,74	1.828,51	1.887,33	2.049,57	2.378,18	1.861,12	2.009,60	2.046,89	2.311,65	2.688,03
	2	1488,87	1488,87	1.501,47	1.568,67	1.735,27	1426,37	1426,37	1.436,72	1491,92	1.628,77	1.741,52	1.803,18	1.858,85	2.016,40	2.328,31	1.830,51	1.971,97	2.007,16	2.267,22	2.634,95
	1	1488,87	1488,87	1.501,47	1.568,67	1.735,27	1426,37	1426,37	1.436,72	1491,92	1.628,77	1.717,97	1.778,52	1.831,16	1.984,16	2.282,23	1.735,80	1.805,47	1.903,39	2.158,95	2.518,30
ASSIST.	4	1488,87	1488,87	1.501,47	1.568,67		1426,37	1426,37	1.436,72	1491,92		1.674,52	1.733,96	1.780,15	1.924,58		1.692,35	1.752,38	1.846,78	2.093,91	
	3	1488,87	1488,87	1.501,47	1.568,67		1426,37	1426,37	1.436,72	1491,92		1.652,86	1.711,19	1.754,67	1.894,93		1.670,69	1.729,60	1.816,42	2.059,45	
	2	1488,87	1488,87	1.501,47	1.568,67		1426,37	1426,37	1.436,72	1491,92		1.631,80	1.689,02	1.729,89	1.866,11		1.649,63	1.707,42	1.786,80	2.025,84	
	1	1488,87	1488,87	1.501,47	1.568,67		1426,37	1426,37	1.436,72	1491,92		1.611,32	1.667,43	1.705,08	1.838,09		1.629,15	1.685,82	1.757,87	1.993,04	
AUX.	4	1488,87	1488,87	1.501,47			1426,37	1426,37	1.436,72			1.573,66	1.628,66	1.663,57			1.591,49	1.647,04	1.712,43		
	3	1488,87	1488,87	1.501,47			1426,37	1426,37	1.436,72			1.554,81	1.608,70	1.639,38			1.572,64	1.627,07	1.689,64		
	2	1488,87	1488,87	1.501,47			1426,37	1426,37	1.436,72			1.536,47	1.592,25	1.620,80			1.554,30	1.607,61	1.667,49		
	1	1488,87	1488,87	1.501,47			1426,37	1426,37	1.436,72			1.518,63	1.570,30	1.596,81			1.536,46	1.578,65	1.645,96		

Regime 40 horas

CLASSE	NÍVEL	ANTES DO ACORDO										DEPOIS DO ACORDO									
		ATIVOS					APOSENTADOS					SALÁRIOS ATUAIS					SALÁRIOS JULHO/2010				
		Grad.	Aperf.	Esp.	Mest.	Dout.	Grad.	Aperf.	Esp.	Mest.	Dout.	Grad.	Aperf.	Esp.	Mest.	Dout.	Grad.	Aperf.	Esp.	Mest.	Dout.
TIT.	U	2.422,34	2.577,90	2.779,71	3.624,32	4.705,89	2.300,84	2.451,15	2.648,46	3.400,82	4.401,89	3.034,82	3.132,29	3.458,09	3.898,88	5.266,78	3.119,90	3.288,71	3.572,19	4.396,30	5.691,30
ASSOC.	4					4.345,42					4.078,92					4.807,26					5.275,12
	3					4.276,08					4.009,58					4.750,86					5.189,48
	2					4.206,83					3.940,33					4.696,06					5.121,62
	1					4.137,58					3.871,08					4.689,60					5.115,16
ADI.	4	2.059,35	2.187,69	2.351,39	2.950,21	3.860,67	1.937,85	2.060,94	2.220,14	2.757,96	3.594,17	2.656,66	2.755,92	3.011,51	3.270,95	4.310,81	2.743,94	2.845,51	3.098,79	3.612,10	4.712,10
	3	2.005,14	2.129,41	2.287,42	2.875,67	3.765,80	1.883,64	2.002,66	2.156,17	2.683,42	3.499,30	2.607,87	2.703,08	2.948,17	3.196,08	4.244,44	2.688,76	2.788,10	3.029,06	3.519,60	4.589,60
	2	1.951,71	2.071,97	2.224,37	2.802,21	3.672,30	1.830,21	1.945,22	2.093,12	2.609,96	3.405,80	2.560,49	2.651,69	2.886,44	3.122,31	4.179,98	2.635,04	2.732,22	2.960,99	3.437,18	4.477,18
	1	1.899,58	2.015,93	2.162,86	2.730,53	3.581,07	1.778,08	1.889,18	2.031,61	2.538,28	3.314,57	2.514,44	2.601,72	2.826,38	3.050,29	4.117,35	2.517,89	2.612,98	2.829,83	3.289,10	4.300,00
ASSIST.	4	1.819,27	1.913,97	2.050,94	2.600,11		1.697,77	1.787,22	1.919,69	2.407,86		2.428,59	2.511,32	2.717,62	2.927,01		2.432,38	2.519,70	2.721,41	3.180,80	
	3	1.819,27	1.865,51	1.997,74	2.538,12		1.697,77	1.738,76	1.866,49	2.345,87		2.386,33	2.447,58	2.641,69	2.872,24		2.390,45	2.471,53	2.645,81	3.124,61	
	2	1.819,27	1.848,67	1.948,47	2.480,71		1.697,77	1.721,92	1.817,22	2.288,46		2.345,26	2.405,34	2.563,32	2.818,91		2.349,72	2.424,62	2.567,78	3.069,88	
	1	1.819,27	1.848,67	1.901,99	2.426,54		1.697,77	1.721,92	1.770,74	2.234,29		2.305,36	2.364,28	2.472,37	2.766,96		2.310,15	2.378,90	2.478,17	3.016,52	
AUX.	4	1.819,27	1.848,67	1.873,87			1.697,77	1.721,92	1.742,62			2.231,09	2.288,84	2.323,40			2.236,22	2.299,00	2.391,77		
	3	1.819,27	1.848,67	1.873,87			1.697,77	1.721,92	1.742,62			2.194,45	2.251,03	2.283,25			2.199,91	2.258,05	2.348,64		
	2	1.819,27	1.848,67	1.873,87			1.697,77	1.721,92	1.742,62			2.158,82	2.214,24	2.244,22			2.164,62	2.221,93	2.306,65		
	1	1.819,27	1.848,67	1.873,87			1.697,77	1.721,92	1.742,62			2.124,20	2.178,45	2.206,29			2.130,33	2.186,81	2.265,78		

Regime Dedicacão Exclusiva

CLASSE	NÍVEL	ANTES DO ACORDO										DEPOIS DO ACORDO									
		ATIVOS					APOSENTADOS					SALÁRIOS ATUAIS					SALÁRIOS JULHO/2010				
		Grad.	Aperf.	Esp.	Mest.	Dout.	Grad.	Aperf.	Esp.	Mest.	Dout.	Grad.	Aperf.	Esp.	Mest.	Dout.	Grad.	Aperf.	Esp.	Mest.	Dout.
TIT.	U	3.017,07	3.923,81	4.235,37	5.211,37	7.393,07	2.954,57	3.734,31	4.039,12	4.931,62	6.898,32	4.580,82	4.878,22	5.210,01	6.840,11	10.446,81	4.786,62	5.221,96	5.580,63	7.818,69	11.755,05
ASSOC.	4					6.734,29					6.315,54					9.860,96					11.424,45
	3					6.626,77					6.208,02					9.590,70					11.089,65
	2					6.519,44					6.100,69					9.337,90					10.877,97
	1					6.412,10					5.993,35					9.123,64					10.703,55
ADI.	4	2.454,46	3.319,00	3.571,48	4.437,78	5.982,90	2.391,96	3.129,50	3.375,23	4.158,03	5.564,15	3.598,85	3.775,22	4.171,16	5.364,03	7.182,28	3.662,97	3.945,91	4.241,00	5.793,14	7.913,30
	3	2.370,43	3.228,67	3.472,33	4.322,23	5.835,84	2.307,93	3.039,17	3.276,08	4.042,48	5.417,09	3.414,49	3.675,18	4.054,87	5.203,25	6.991,47	3.578,80	3.853,44	4.124,58	5.623,72	7.714,90
	2	2.287,62	3.139,65	3.374,61	4.208,37	5.690,93	2.225,12	2.950,15	3.178,36	3.928,62	5.272,18	3.431,35	3.575,54	3.939,22	5.059,85	6.804,73	3.496,76	3.764,71	4.009,71	5.481,13	7.521,73
	1	2.206,81	3.052,78	3.379,26	4.097,26	5.549,51	2.144,31	2.863,28	3.083,01	3.817,51	5.130,76	3.357,58	3.492,67	3.840,69	4.926,67	6.722,85	3.416,79	3.678,24	3.900,34	5.341,47	7.333,67
ASSIST.	4	2.059,80	2.894,75	3.105,79	3.895,13		1.997,30	2.705,25	2.909,54	3.615,38		3.225,13	3.349,20	3.668,78	4.635,08		3.275,82	3.525,01	3.730,17	4.985,00	
	3	1.989,92	2.819,62	3.023,32	3.799,03		1.927,42	2.630,12	2.827,07	3.519,28		3.160,24	3.279,07	3.585,14	4.569,08		3.201,62	3.444,85	3.643,99	4.874,54	
	2	1.925,20	2.750,05	2.946,96	3.710,05		1.862,70	2.560,55	2.750,71	3.430,30		3.097,20	3.211,18	3.504,74	4.504,93		3.129,27	3.366,72	3.561,37	4.759,71	
	1	1.864,13	2.684,40	2.874,89	3.626,07		1.801,63	2.494,90	2.678,64	3.346,32		3.035,98	3.145,38	3.427,11	4.442,60		3.058,69	3.290,53	3.480,81	4.651,59	
AUX.	4	1.752,07	2.563,93	2.742,66			1.689,57	2.374,43	2.546,41			2.921,47	3.022,47	3.282,51			2.935,45	3.156,70	3.338,75		
	3	1.697,62	2.505,41	2.678,42			1.635,12	2.315,91	2.482,17			2.865,30	2.962,22	3.211,74			2.869,86	3.085,98	3.264,02		
	2	1.646,51	2.450,46	2.618,10			1.584,01	2.260,96	2.421,85			2.810,69	2.903,76	3.143,37			2.815,33	3.016,99	3.191,15		
	1	1.597,86	2.398,16	2.560,70			1.535,36	2.208,66	2.364,45			2.757,64	2.847,07	3.077,28			2.767,36	2.949,68	3.120,08		

Carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

Regime 20 horas

Antes e depois do Acordo resultante da negociação entre Governo Federal e Proifes (20/03/2008)

ANTES DO ACORDO							DEPOIS DO ACORDO													
CLASSE	NÍVEL	ATIVO/APOSENTADO					CLASSE	NÍVEL	SALÁRIOS ATUAIS					SALÁRIOS JULHO/2010						
		Grad.	Aperf.	Esp.	Mest.	Dout.			Grad.	Aperf.	Esp.	Mest.	Dout.	Grad.	Aperf.	Esp.	Mest.	Dout.		
							TIT.	U											3.482,77	
								3											2.745,36	3.272,40
							D5	2											2.667,79	3.154,18
								1											2.634,69	3.044,56
ESP.	U *	1.460,10	1.460,10	1.460,10	1.567,64	1.834,72	D4	S	1.982,38	2.064,25	2.209,92	2.275,82	2.621,99	2.082,28	2.243,06	2.422,70	2.631,31	3.016,58		
	4	1.460,10	1.460,10	1.460,10	1.567,64	1.668,87		4	1.790,66	1.854,54	1.913,36	2.083,69	2.429,64	1.892,49	2.048,05	2.087,73	2.357,13	2.742,40		
	3	1.460,10	1.460,10	1.460,10	1.567,64	1.668,87		3	1.765,74	1.828,51	1.887,33	2.049,57	2.378,18	1.861,12	2.009,60	2.046,99	2.311,65	2.688,03		
E	2	1.460,10	1.460,10	1.460,10	1.567,64	1.668,87	D3	2	1.741,52	1.803,18	1.858,85	2.016,40	2.328,31	1.836,51	1.971,97	2.007,16	2.267,22	2.634,95		
	1	1.460,10	1.460,10	1.460,10	1.567,64	1.668,87		1	1.717,97	1.778,52	1.831,16	1.984,16	2.282,23	1.735,80	1.805,47	1.903,39	2.158,95	2.518,30		
	4	1.460,10	1.460,10	1.460,10	1.567,64	1.668,87		4	1.674,52	1.733,96	1.780,15	1.924,58	2.216,01	1.692,35	1.752,38	1.846,78	2.093,91	2.404,96		
	3	1.460,10	1.460,10	1.460,10	1.567,64	1.668,87		3	1.652,86	1.711,19	1.754,67	1.894,93	2.175,44	1.670,69	1.729,60	1.816,42	2.059,45	2.367,28		
D	2	1.460,10	1.460,10	1.460,10	1.567,64	1.668,87	D2	2	1.631,80	1.689,02	1.729,89	1.866,11	2.150,69	1.649,63	1.707,42	1.786,80	2.025,84	2.330,65		
	1	1.460,10	1.460,10	1.460,10	1.567,64	1.668,87		1	1.611,32	1.667,43	1.705,80	1.838,09	2.129,08	1.629,15	1.685,82	1.757,87	1.993,04	2.295,07		
	4	1.460,10	1.460,10	1.460,10	1.567,64	1.668,87		4	1.573,66	1.628,66	1.661,57	1.749,31	2.090,29	1.591,49	1.647,04	1.712,43	1.781,46	2.227,80		
	3	1.460,10	1.460,10	1.460,10	1.567,64	1.668,87		3	1.554,81	1.608,70	1.639,38	1.728,40	2.061,27	1.572,64	1.627,07	1.689,64	1.755,61	2.195,11		
C	2	1.460,10	1.460,10	1.460,10	1.567,64	1.668,87		2	1.536,47	1.589,25	1.617,80	1.708,95	2.032,70	1.554,30	1.607,61	1.667,49	1.730,51	2.163,34		
	1	1.460,10	1.460,10	1.460,10	1.567,64	1.668,87														
	4	1.460,10	1.460,10	1.460,10	1.567,64	1.668,87														
	3	1.460,10	1.460,10	1.460,10	1.567,64	1.668,87	D1													
B	2	1.460,10	1.460,10	1.460,10	1.567,64	1.668,87														
	1	1.460,10	1.460,10	1.460,10	1.567,64	1.668,87		1	1.518,63	1.570,30	1.596,81	1.690,00	2.006,39	1.536,46	1.588,65	1.645,96	1.712,04	2.132,48		
	4	1.460,10	1.460,10	1.460,10	1.567,64	1.668,87														
	3	1.460,10	1.460,10	1.460,10	1.567,64	1.668,87														
A	2	1.460,10	1.460,10	1.460,10	1.567,64	1.668,87														
	1	1.460,10	1.460,10	1.460,10	1.567,64	1.668,87														

Regime 40 horas

CLASSE	NÍVEL	ATIVO/APOSENTADO					CLASSE	NÍVEL	SALÁRIOS ATUAIS					SALÁRIOS JULHO/2010				
		Grad.	Aperf.	Esp.	Mest.	Dout.			Grad.	Aperf.	Esp.	Mest.	Dout.	Grad.	Aperf.	Esp.	Mest.	Dout.
							TIT.	U										5.645,00
							D5	3									4.060,05	5.220,00
								2									4.003,65	5.130,00
								1									3.948,85	5.057,77
ESP.	U	2.292,26	2.375,25	2.491,44	3.103,80	3.814,55	D4	S	3.034,82	3.161,31	3.487,11	3.649,74	4.689,60	3.073,60	3.242,41	3.501,10	3.942,39	5.043,54
	4	2.037,56	2.107,81	2.206,17	2.785,43	3.432,51		4	2.656,66	2.755,92	3.011,51	3.270,95	4.310,81	2.671,84	2.773,41	3.026,69	3.540,00	4.640,00
	3	1.978,18	2.045,47	2.139,66	2.711,20	3.343,43		3	2.607,87	2.703,08	2.948,17	3.196,08	4.244,44	2.619,16	2.718,50	2.959,46	3.450,00	4.520,00
	2	1.921,39	1.985,85	2.076,07	2.640,22	3.258,26	D3	2	2.560,49	2.651,69	2.886,44	3.122,31	4.179,98	2.567,86	2.665,04	2.893,81	3.370,00	4.410,00
	1	1.865,86	1.927,53	2.013,88	2.570,80	3.174,95		1	2.514,44	2.601,72	2.826,38	3.050,29	4.117,35	2.517,89	2.612,98	2.829,83	3.289,10	4.300,00
	4	1.775,38	1.832,53	1.912,53	2.457,70	3.039,23		4	2.428,59	2.511,32	2.717,62	2.927,01	3.855,29	2.432,38	2.519,70	2.721,41	3.180,80	4.155,71
	3	1.735,55	1.790,69	1.867,91	2.407,91	2.979,48	D2	3	2.386,33	2.447,58	2.641,69	2.872,24	3.811,87	2.390,45	2.471,53	2.645,81	3.124,61	4.087,66
	2	1.713,34	1.767,40	1.843,06	2.380,14	2.946,18		2	2.345,26	2.405,34	2.563,32	2.818,91	3.769,63	2.349,72	2.424,62	2.567,78	3.069,88	4.021,25
	1	1.711,47	1.746,47	1.820,75	2.355,26	2.916,30		1	2.305,36	2.364,28	2.472,37	2.766,96	3.728,57	2.310,15	2.378,90	2.478,17	3.016,52	3.956,47
	4	1.711,47	1.731,62	1.804,89	2.337,58	2.895,09		4	2.231,09	2.288,84	2.323,40	2.661,72	3.653,13	2.236,22	2.299,00	2.391,77	2.923,46	3.846,95
	3	1.711,47	1.711,86	1.783,83	2.314,05	2.866,85		3	2.194,45	2.251,03	2.283,25	2.623,92	3.615,33	2.199,91	2.258,05	2.348,64	2.875,39	3.789,45
	2	1.711,47	1.711,47	1.763,26	2.291,09	2.839,32		2	2.158,82	2.214,24	2.244,22	2.587,12	3.578,53	2.164,62	2.221,93	2.306,65	2.828,58	3.733,39
	1	1.711,47	1.711,47	1.747,19	2.273,15	2.817,79												
	4	1.711,47	1.711,47	1.711,47	2.108,05	2.545,10												
	3	1.711,47	1.711,47	1.711,47	2.108,05	2.491,59												
	2	1.711,47	1.711,47	1.711,47	2.108,05	2.441,05	D1											
	1	1.711,47	1.711,47	1.711,47	2.108,05	2.403,87		1	2.124,20	2.178,45	2.206,29	2.551,34	3.542,75	2.130,33	2.186,81	2.265,78	2.782,97	3.678,74
	4	1.711,47	1.711,47	1.711,47	2.108,05	2.403,87												
	3	1.711,47	1.711,47	1.711,47	2.108,05	2.403,87												
	2	1.711,47	1.711,47	1.711,47	2.108,05	2.403,87												
	1	1.711,47	1.711,47	1.711,47	2.108,05	2.403,87												

Regime Dedicacão Exclusiva

CLASSE	NÍVEL	ATIVO/APOSENTADO					CLASSE	NÍVEL	SALÁRIOS ATUAIS					SALÁRIOS JULHO/2010				
		Grad.	Aperf.	Esp.	Mest.	Dout.			Grad.	Aperf.	Esp.	Mest.	Dout.	Grad.	Aperf.	Esp.	Mest.	Dout.
							TIT.	U										11.755,05
							D5	3					6.526,92	9.860,96			7.235,20	11.424,44
								2					6.440,19	9.590,70			7.010,98	11.089,65
								1					6.355,95	9.337,90			6.926,74	10.877,97
ESP.	U	3.395,38	3.524,01	3.704,11	4.607,71	5.894,89	D4	U	4.580,82	4.878,22	5.345,68	6.346,63	9.123,64	4.786,62	5.221,96	5.580,63	6.917,42	10.703,55
	4	3.000,60	3.109,49	3.261,95	4.114,23	5.302,72		4	3.598,85	3.775,22	4.171,16	5.364,03	7.182,28	3.662,97	3.945,91	4.241,00	5.793,14	7.913,30
	3	2.908,56	3.012,85	3.158,86	3.999,18	5.164,66		3	3.514,49	3.675,18	4.054,87	5.203,25	6.991,47	3.578,80	3.853,44	4.124,58	5.623,72	7.714,90
E	2	2.826,55	2.920,44	3.060,30	3.889,17	5.032,63	D3	2	3.431,35	3.575,54	3.939,22	5.059,85	6.804,73	3.496,76	3.764,71	4.009,71	5.481,13	7.521,73
	1	2.734,46	2.830,04	2.963,86	3.781,56	4.903,51		1	3.357,58	3.492,67	3.840,69	4.926,67	6.722,85	3.416,79	3.678,24	3.900,34	5.341,47	7.333,67
	4	2.594,22	2.682,80	2.806,80	3.606,26	4.693,15		4	3.225,13	3.349,20	3.668,78	4.635,08	6.579,27	3.275,82	3.525,01	3.730,17	4.985,00	7.068,13
	3	2.532,47	2.617,96	2.737,64	3.529,07	4.600,51	D2	3	3.160,24	3.279,07	3.585,14	4.569,08	6.506,27	3.201,62	3.444,85	3.643,99	4.874,54	6.924,08
D	2	2.498,07	2.581,84	2.699,10	2.486,07	4.548,93		2	3.097,20	3.211,18	3.504,74	4.504,93	6.435,12	3.129,27	3.366,72	3.561,37	4.759,71	6.783,31
	1	2.467,18	2.549,40	2.664,52	3.447,46	4.502,59		1	3.035,98	3.145,38	3.427,11	4.442,60	6.365,79	3.058,69	3.290,53	3.480,81	4.651,59	6.645,77
	4	2.445,27	2.526,39	2.639,98	3.420,08	4.469,70		4	2.921,47	3.022,47	3.282,51	4.326,98	6.243,17	2.935,45	3.156,70	3.338,75	4.474,29	6.413,51
	3	2.416,09	2.495,76	2.607,30	3.383,60	4.425,95		3	2.865,30	2.962,22	3.211,74	4.269,70	6.178,89	2.869,86	3.085,98	3.264,02	4.378,85	6.284,92
C																		
	2	2.387,65	2.465,91	2.575,45	3.348,06	4.383,28												
	1	2.365,39	2.442,54	2.550,51	3.320,24	4.349,90												
	4	2.083,61	2.146,66	2.234,93	2.967,99	3.927,21												
B	3	2.028,33	2.088,62	2.172,99	2.898,91	3.844,30												
	2	1.976,10	2.033,76	2.114,49	2.833,60	3.765,96												
	1	1.925,01	1.980,13	2.057,29	2.769,74	3.689,31	D1	1	2.757,64	2.847,07	3.077,28	4.094,25	6.055,01	2.762,36	2.949,68	3.120,08	4.194,70	6.106,51
	4	1.901,71	1.920,53	1.993,72	2.698,79	3.604,19												
	3	1.901,71	1.901,71	1.943,15	2.642,37	3.536,49												
	2	1.901,71	1.901,71	1.901,71	2.588,99	3.472,40												
A	1	1.901,71	1.901,71	1.901,71	2.543,96	3.418,39												

Ufrgs projeta obras do Parque Tecnológico para o segundo semestre


Universidade dá o ponta pé inicial no projeto de construção de seu Parque Científico e Tecnológico

De acordo com o professor João Edgar Schmidt, pró-reitor de pesquisa e um dos coordenadores do Parque Científico e Tecnológico da Ufrgs, a estimativa é arrecadar R\$ 10 milhões, sendo que, para iniciar as obras, a meta é obter em torno de R\$ 5 milhões ainda esse ano. A Instituição está captando recursos junto aos governos federais e estaduais além de agências de fomentos, através de editais disponíveis para parques tecnológicos. A área possui um total de 13 hectares que estão disponíveis para a fase inicial da construção e outros 40 hectares para a segunda etapa das obras. Esses terrenos pertencem à Instituição e serão utilizados conforme o andamento dos trabalhos.

Schmidt lembra que o Parque disponibilizará seu espaço físico para empreendimentos científicos e tecnológicos e destaca que a Universidade pretende receber as empresas já a partir desse ano ou, no máximo, até o primeiro semestre de 2011. Para isso, serão realizadas licitações desses espaços. "Não há um perfil prévio estabelecido para a seleção das empresas, tudo vai depender do interesse acadêmico relacionado a

elas", afirma o pró-reitor de pesquisa.

As áreas tecnológicas terão prioridade, "mas não é uma regra", ressalta Schmidt, afirmando que a ideia é atrair empreendimentos em áreas nas quais a Ufrgs já realiza pesquisas, como energias alternativas, TI, microeletrônica e engenharia de materiais. A Instituição já tem um formato de integração através de projetos realizados com empresas como Petrobras, Gerdau e Braskem e agora o objetivo é propor um modelo diferente de interação com a sociedade. E isso pode ocorrer de diversas maneiras entre a Instituição e as empresas participantes.

O Parque também terá uma incubadora multisetorial para atender as áreas que não estão incluídas atualmente. A Universidade já possui cinco incubadoras que operam em áreas específicas. Para o pró-reitor, o aluno pode ser empreendedor e já estar atuando em alguma incubadora instalada na Instituição. "Uma vez que amadureça, a incubadora pode passar para regime de parque tecnológico e essa conquista se dá por meio da qualidade do projeto de cada aluno", explica Schmidt. 

Vídeo conferência é utilizada na apresentação de teses de mestrado

A democratização do acesso ao ensino superior e a proliferação das novas tecnologias estão modificando a linguagem acadêmica. Um exemplo disso são as lousas digitais que devem ser instaladas até o final do ano nos institutos de Física e de Matemática, e no Pólo de Apoio Presencial à Educação à Distância da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs). Além de tornar a aprendizagem mais dinâmica, produtiva e interativa, os equipamentos obtidos por meio de fomento da própria Instituição devem inserir os alunos no ambiente tecnológico:

Conectadas a um computador via USB ou Bluetooth, que recebe a imagem de um projetor multimídia, as lousas são manuseadas via caneta interativa. Por meio dela, o professor pode, além de desenhar e editar, acessar a internet e recursos multimídia. O equipamento é

apenas um exemplo das tecnologias disponíveis.

Atualmente, blogs, vídeos digitais e skype também são ferramentas de aprendizagem, sendo, inclusive, usados como via de apresentação de trabalhos de conclusão.

No Instituto de Física, as lousas estão inseridas na Sala Multimídia da Faculdade, que conta também com equipamento de vídeo conferência. O professor Silvio Cunha diz que as vídeo conferências já são utilizadas na exibição de palestras realizadas na Pós-Graduação da Unidade. Para ele, "esse tipo de encontro tem o mesmo resultado que as aulas presenciais, pois os alunos podem questionar e agregar informações em tempo real". A ideia agora, com a implementação da Sala Multimídia, é facilitar a conclusão dos cursos e usar a ferramenta para as apresentações das teses finais.



Ensino à distância ganha força no País

Na rota de aproveitamento da educação à distância e visando ampliar o acesso ao ensino superior, a Universidade Aberta do Brasil (UAB), em parceria com diversas universidades públicas, promove, desde 2005, cursos de formação continuada para professores de ensino médio. Criado em 2005 pelo Ministério da Educação, o Sistema está focado nas Políticas e na Gestão da Educação e oferece cursos à distância para Faculdades de Administração, Física, Informática e Matemática, além da Escola de Graduação Tecnológica (Plageder) e do Portal do Programa de Informática na Educação Especial (Proin-es).

Por sua vez, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e a instituição Inteligência Educacional e Sistemas de Ensino (Iesde Brasil) estão desenvolvendo metodologia e material específicos para o ensino à distância (EAD), a fim de acompanhar os novos tempos e fortalecer as instituições educacionais do País. Os profissionais da saúde serão os primeiros beneficiados e, em seguida, o projeto se estenderá para outras categorias. Conforme a ABNT, a utilização de normas irá auxiliar tanto na melhoria da produção da indústria, quanto na formação profissional. O material estará acessível em várias versões, de livro impresso à DVD.

Mercado de trabalho é tema de estudo inédito

Com o objetivo de analisar os impactos da educação profissional no mercado de trabalho, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Instituto Votorantim realizaram uma pesquisa inédita no Brasil. "A Educação Profissional e Você no Mercado de Trabalho" cruzou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com informações obtidas através de entrevistas com pessoas recém formadas em diferentes modalidades de qualificação.

O resultado mostra que a renda de quem possui educação profissional - presencial, à distância ou técnica - é 12,9% mais alta. Indica também que o ensino técnico é capaz de proporcionar ao jovem boas possibilidades de emprego e salário e que, para o mercado, o importante é o profissionalismo de cada funcionário.

Outro dado importante está relacionado com o grau de capacitação de algumas áreas. Os trabalhadores do setor de turismo são os que têm maior índice de formação técnica, com 53%. Já na informática, apenas 12% de seus trabalhadores são técnicos.

O estudo apontou, ainda, que o Rio Grande do Sul está entre os estados com maior proporção de pessoas com educação profissional, ao lado do Distrito Federal e Paraná. Alagoas, Pernambuco e Maranhão estão entre as regiões com menor número. Hoje, existem 255 centros de educação profissional e tecnológica na rede federal, contabilizando 235 mil vagas. A pesquisa completa pode ser conferida em www.fgv.br/cps/proedu.



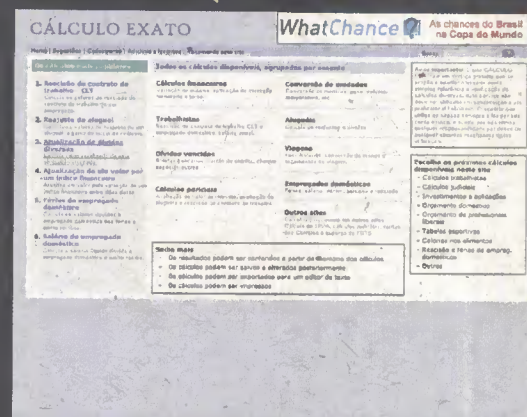


Sistema Educacional de Portugal

No Portal da Educação do governo de Portugal, pode-se pesquisar todos os métodos e sistemas do país. Há referências ao plano de carreira dos professores e uma avaliação do desempenho dos docentes. Vale a pena navegar pelo site <http://www.min-edu.pt>

Para todos os cálculos

Neste site se pode calcular tudo o que quiser. Cálculos financeiros, trabalhistas, periciais, conversão de unidades, viagens, IPVA, salários e muito mais. Clique em <http://www.calculoexato.com.br> e aproveite ainda que os resultados podem ser salvos, alterados posteriormente, exportados para um editor de texto e impressos.



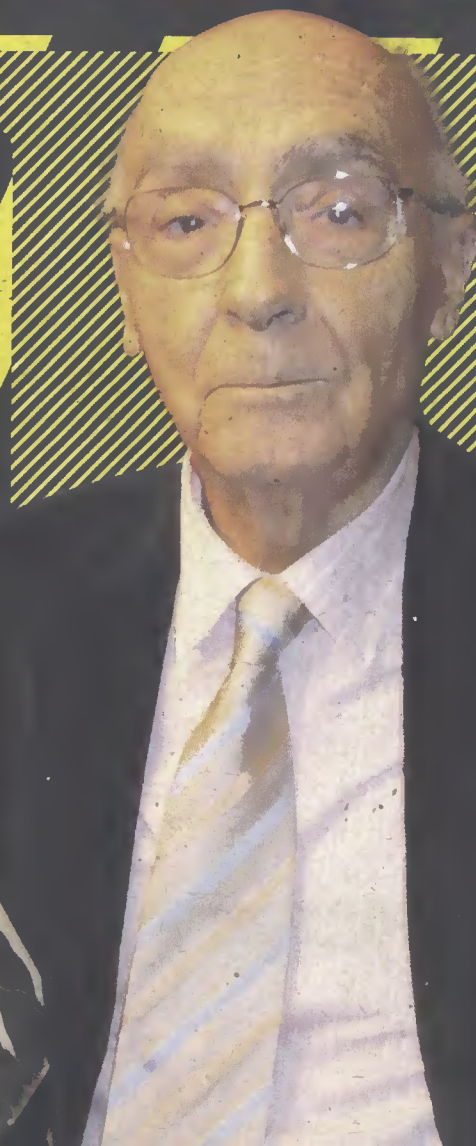
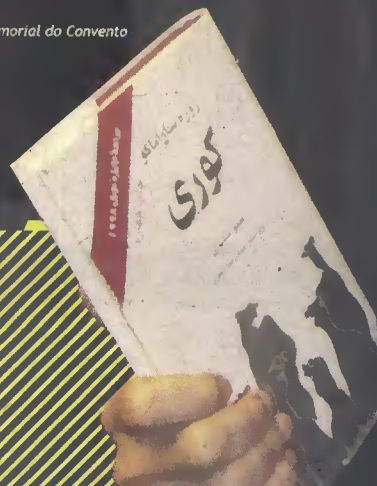
Homenagem a José Saramago

O escritor José Saramago, que lutava pelos professores e pela língua, faleceu no dia 18 de junho, aos 87 anos. Na abertura do seu site oficial (<http://www.josesaramago.org/>) está escrito "Mas não subiu para as estrelas, se à terra pertencia". Nascido em 1922, o poeta português recebeu o prêmio Nobel de Literatura em 1998. Sua obra Ensaio para a Cegueira foi adaptada para o cinema e o filme lançado em 2008.

José Saramago
1922-2010

"Mas não subiu para as estrelas,
se à terra pertencia"

Memorial do Convento

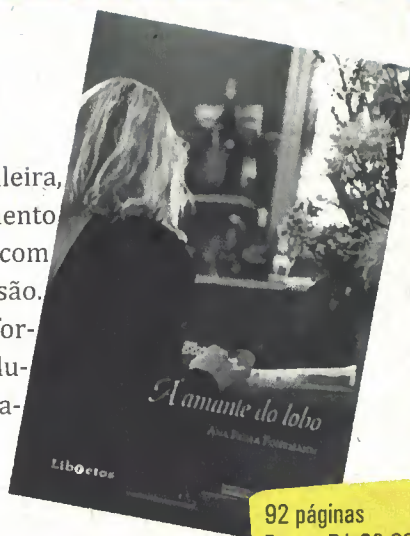


A Amante do Lobo

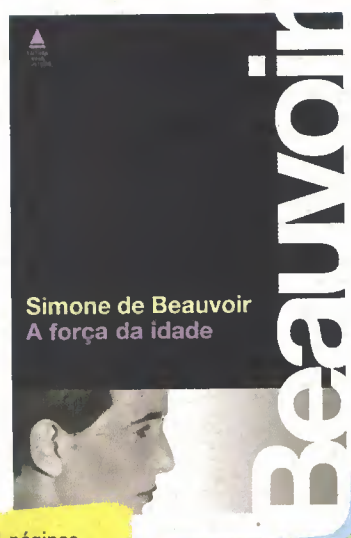
Autora: Ana Paula Fohrmann

Editora: Libretos

O livro apresenta dilemas existenciais e afetivos de uma brasileira, mestre em Letras, que dá aula na França e mantém relacionamento com um homem mais velho e casado. Embora seja uma intelectual com ideias contemporâneas, aceita a relação por meio de sua submissão. Mas, o encontro com um aluno mais jovem abre espaço para transformações radicais na sua forma de encarar a vida. A intenção é conduzir o leitor a uma reflexão sobre tabus no universo do comportamento.



92 páginas
Preço: R\$ 28,00



A Força da Idade

Autora: Simone de Beauvoir

Editora: Nova Fronteira

Neste livro, Simone de Beauvoir faz um retrato de sua época e traduz motivações e inspirações que a levaram a escrever suas primeiras obras. Ela também relata o cotidiano da intelectualidade francesa de esquerda de sua época.

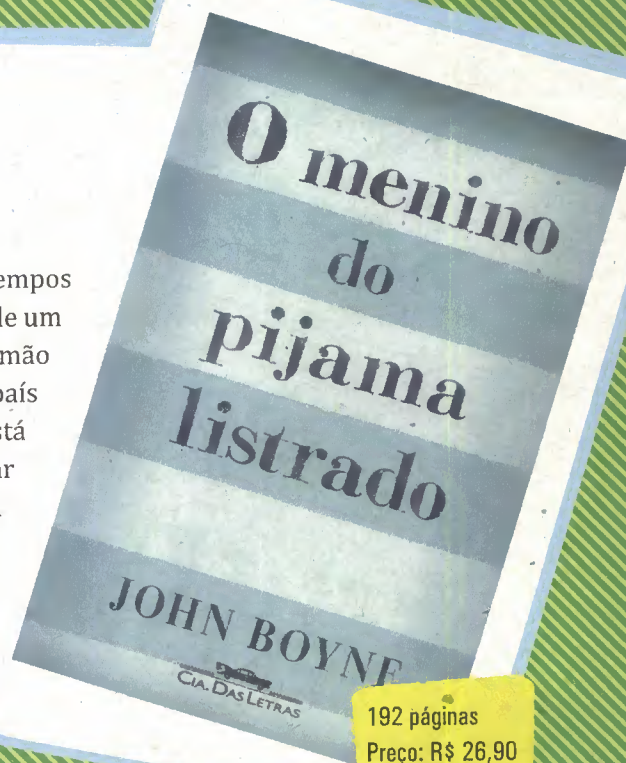
604 páginas
Preço: R\$ 69,00

O Menino do Pijama Listrado

Autor: John Boyne

Editora: Cia. da Letras

O Menino do Pijama Listrado é uma fábula que fala de amizade em tempos de guerra e sobre o que acontece quando a inocência é colocada diante de um monstro inimaginável. O livro conta a história de Bruno, um menino alemão de nove anos que nada sabe sobre o Holocausto, nem faz ideia que seu país está em guerra com parte da Europa e, muito menos, que sua família está envolvida no conflito. Bruno sabe apenas que foi obrigado a abandonar sua casa em Berlim e mudar-se para uma região desolada, onde não tem nenhum amigo para brincar. Ele então conhece Shmuel, um garoto judeu que mora "do outro lado da cerca".



192 páginas
Preço: R\$ 26,90

Fabico é pioneira na Coleta Seletiva da Ufrgs

Com a implementação da Coordenadoria de Gestão Ambiental, a separação de resíduos sólidos da Faculdade passou a ser um processo padrão para todos os departamentos e escolas da Universidade

por Luana Dalzotto

Preocupada com o meio ambiente, a Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Fabico/Ufrgs) realiza, desde 2004, a coleta seletiva de seus resíduos sólidos. Desenvolvido conforme a portaria nacional 3.450, formalizada em 2008, o processo prevê que todo o material com potencial de reutilização gerado pelas faculdades seja segregado e destinado para uma unidade de triagem.



Raissa Townsend Carraro, estudante de RP, participa do projeto

O galpão de reciclagem parceiro da Fabico é a Associação dos Trabalhadores da Unidade de Triagem do Hospital Psiquiátrico São Pedro (Atut), que em 2001, passou a integrar a Coleta Seletiva do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU). "A ideia de contribuir com a separação do lixo é, especialmente com a Atut, surgiu através do projeto de extensão do curso de Relações Públicas que, desde 2002, presta serviço de assessoria de comunicação para a Entidade", explica Martha Agustoni, agente ambiental da Fabico e coordenadora do trabalho denominado Atut: Reciclando Vidas com Inclusão Social.

Inicialmente com caráter de oficina terapêutica, a separação era voltada apenas para os pacientes internos do São Pedro. Agora, devido ao sucesso da atividade e da necessidade do DMLU de agregar uma comunidade com o perfil da Atut, o trabalho, além de auxiliar no tratamento dos usuários do Hospital, é uma fonte de renda e de reintegração social. "Quando começamos, havia cerca de 20 pacientes envolvidos. Hoje, são mais de 45 trabalhadores, entre



A Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação destina 1.700 quilos de material reciclável por mês ao galpão de reciclagem da Atut

internos e moradores da Vila São Pedro", comemora Martha, acrescentando que o projeto pretende, ainda, ser um agente multiplicador da coleta seletiva.

Raissa Townsend Carraro, estudante de Relações Públicas e integrante do projeto de extensão, é um exemplo de como é possível multiplicar o aprendizado. "Foi um conhecimento que eu agreguei e passei adiante para os meus pais, meu irmão e para o pessoal da pensão onde eu morava", conta a universitária que, no mês passado, ao visitar sua antiga moradia surpreendeu-se ao encontrar mais um cesto de lixo na cozinha do local.

Motivada com os resultados, Raissa inscreveu a Atut no programa Tudo de cor para você, das Tintas Coral, que desde o início do ano vem revitalizando diversos lugares do Brasil através da pintura. Fez o mesmo com a Kombi da Associação, no quadro Lata Velha, do programa Caldeirão do Huck, que além de consertar, repagina o visual dos veículos.

Da faculdade para o galpão de reciclagem

No Campus da Saúde, onde a Fabico está situada, a coleta seletiva acontece duas vezes por semana e chega a 1.700 quilos de material reciclável por mês. Outros órgãos públicos como a Secretaria da Fazenda, a Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (Procergs) e o Banrisul, também aderiram ao esquema e regularmente repassam para a Atut seus resíduos recicláveis. No total, a Associação vende por mês cerca de 18 toneladas de material reciclado, o que equivale a R\$3.600,00.

No galpão, após a triagem, os materiais são separados por categoria: papel branco, papel amassado, pet verde, pet branco e assim por diante. Martha esclarece que cada material tem um preço específico, determinado pelo valor do dólar na Bolsa de Valores. Por isso, segundo a coordenadora, o ano de 2009 foi difícil para os trabalhadores das unidades de triagem.

Com o objetivo de alertar a comunidade acadêmica para a importância da separação do lixo, a agente ambiental organizou, durante a semana do Meio Ambiente, ações relacionadas com o sistema de gestão de resíduos sólidos. Além do balcão da coleta seletiva, que continha materiais demonstrativos retirados dos lixos da Fabico, o antigo elevador da Instituição recebeu uma decoração original: cartazes e sacos de lixo chamavam atenção para a importância da reciclagem.

"Ainda existem muitas dúvidas sobre a coleta seletiva. A necessidade de lavar as caixas de leite, por exemplo, está entre as perguntas mais frequentes", conta Martha, esclarecendo que não é preciso limpar essas embalagens, porque atualmente há uma tecnologia que separa o laminado do papel. A coordenadora avisa também que, na dúvida sobre o potencial de reutilização de um material, deve-se colocá-lo no cesto da coleta seletiva, pois a própria unidade de triagem separa o que é e o que não é lixo reciclável.

Além do sistema de gestão de resíduos sólidos, o Campus da Saúde conta com uma composteira. Instalado desde 2007, o local, que faz parte de um projeto piloto do Campus, reúne podas de árvores, borra de café, cascas de frutas, resto de chimarrão e de chá. Após o período de compostagem, o húmus

gerado é utilizado como adubo nos jardins da Instituição.

Em 2007, a fim de colaborar com a questão ambiental, padronizar processos internos e minimizar impactos na natureza, a Universidade implantou a Coordenadoria de Gestão Ambiental (CGA). A partir daí, o sistema de gerenciamento de resíduos sólidos da Fabico passou a fazer parte desse departamento, conduzido pelo professor da Faculdade de Engenharia Mecânica da Ufrgs, Darci Campani.

Além de programas, projetos e ações que contribuem para a melhora do desempenho ambiental da Universidade, a CGA possibilitou que cada Faculdade tenha, pelo menos, um agente ambiental. Os administradores são responsáveis pela fiscalização e orientação dos processos de padronização de cada instituição, desde a coleta de resíduos até a unificação dos processos ocorridos nos laboratórios.

Entre as principais ações do departamento estão o treinamento para os geradores de resíduos de saúde, elaborado através das normas da Anvisa, a aquisição do eco-eficiente que, a partir da análise da lista de compras da Universidade, opta por produtos ecologicamente corretos, e a implementação da ISO 1400, através do levantamento de aspectos e impactos ambientais.

O trabalho desenvolvido pela CGA é um processo que nunca terá fim. Após o estudo de facetas que devem ser modificadas, haverá a prática dessas ações, que deverão se mantidas e fiscalizadas pelos agentes ambientais. "A coleta seletiva é um bom exemplo da continuidade do nosso trabalho. Ela existe na Fabico há seis anos e, ainda hoje, estamos transformando parte do processo, sempre com objetivo de torná-lo mais ágil e fácil para a comunidade acadêmica", destaca Campani. ▲



Martha Agustoni é agente ambiental da Fabico e coordenadora do projeto Atut: Reciclando com Inclusão Social, realizado com trabalhadores e internos do Hospital Psiquiátrico São Pedro





+ 1 Site

www.revistasustentabilidade.com.br

A Revista Sustentabilidade é um veículo de comunicação online, que visa discutir o assunto a partir do desenvolvimento e inovação tecnológicas, políticas públicas e de tendências de mercado.

+ 1 Alerta

- * Atualmente não é mais preciso lavar embalagens de papel ou plásticos para depositar na coleta seletiva
- * Ao jogar fora um papel, não devemos amassá-lo, isso quebra as fibras da folha que são importantes na hora da reciclagem. Caso seja preciso diminuir o tamanho do papel, opte por rasgá-lo
- * Em razão das fibras, o papel não pode ser reciclado eternamente
- * Embalagens de papel metalizado, como de salgadinho e bolacha recheada, não são recicláveis por causa do metal contido no papel
- * Sacos plásticos de supermercado não devem ser usados como sacos de lixo porque eles contêm mais produtos químicos

+ 1 Livro

- “Ecologia, Capital e Cultura”, de Enrique Leff, sugere a configuração de uma utopia ambientalista para reorientar o desenvolvimento das forças produtivas da América Latina e do Terceiro Mundo. O objetivo do autor é ajudar a recriar formas de sociabilidade e reconfigurar as relações de poder. A luta pela democracia articula-se com os fins da sustentabilidade e com a exigência da sociedade de participar do processo de reapropriação da natureza, na gestão de seu patrimônio de recursos bioculturais e dos seus bens coletivos.

Editora: Vozes

Número de páginas: 440

